

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MAYARA MELO DE ANDRADE

**TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU –
PERNAMBUCO**

CARUARU- PE

2017

MAYARA MELO DE ANDRADE

**TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU –
PERNAMBUCO**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisabeth Cavalcante dos Santos.

CARUARU- PE

2017

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

A553t Andrade, Mayara Melo de.
Trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru – Pernambuco. / Mayara Melo de
Andrade. – 2017.
63f.; il.: 30 cm.

Orientador: Elisabeth Cavalcante dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Administração, 2017.
Inclui Referências.

1. Trabalho feminino. 2. Precarização. 3. Trabalho informal. 4. Feira da Sulanca.
I. Santos, Elisabeth Cavalcante dos (Orientadora). II. Título.

658 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2017-367)

MAYARA MELO DE ANDRADE

**TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU –
PERNAMBUCO**

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 19 de dezembro de 2017

Professor Doutor Marconi Freitas da Costa
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Elisabeth Cavalcante dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientadora

Professora Doutora Ana Márcia Batista Almeida Pereira
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Examinadora

Professora Doutora Myrna Suely Silva Lorêto
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Examinadora

Aos meus pais e ao meu irmão por todo o amor, carinho e incentivo incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser o meu refúgio e por me conduzir aos melhores caminhos.

Agradeço aos meus pais, Marlene Carlos de Melo Andrade e José Orlando de Andrade por todo o amor, carinho e incentivo durante toda a minha trajetória. Sem o apoio de vocês, eu jamais chegaria a conquistar o meu maior sonho.

Agradeço ao meu irmão Nathan José Melo de Andrade por todo o companheirismo e amor.

Agradeço ao meu namorado Manoel Brito Menezes por compartilhar comigo esse momento, pelo carinho, compreensão, amor e solidariedade inefável.

Agradeço a minha amiga e parceira de curso Maria Fernanda por todo o companheirismo, por fazer parte da minha formação acadêmica e da minha vida!

Agradeço a Professora Elisabeth Cavalcante, minha orientadora, pela compreensão, orientação e presteza. Saiba que tenho uma grande admiração pela professora e intelectual que és! Muito obrigada.

Agradeço aos meus amigos que entenderam e sempre estiveram ao meu lado durante esse período difícil de esforço e correria para a conclusão dessa monografia, dentre eles gostaria de citar alguns: Laiza Cardoso, Letícia Pereira, Sarah Éllen, Carla Zaíra, Nina Mayra, Carlos Eduardo, Márcia Santos, Maria Valkíria e Larissa Andrade.

E enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja de forma direta ou indireta, fica registrado aqui, o meu muito obrigado!

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a precarização no trabalho feminino realizado em uma das principais feiras de confecção do nordeste. O objetivo deste estudo é o de caracterizar o trabalho feminino das feirantes do ramo de confecções na Feira da Sulanca de Caruaru-PE. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como método de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com 13 feirantes que compartilharam relatos sobre o cotidiano na feira e as suas implicações, e também observação não participante da pesquisadora. O referencial teórico do trabalho se sustenta em autores que apresentam um resgate histórico das feiras no Agreste e em Caruaru como: CAMPELLO (1983), XAVIER (2006), LIRA (2003, 2009, 2011) e sobre trabalho feminino tendo HIRATA (1997, 2001, 2004) e BRUSCHINI (2007, 2011) como principais autores. Os resultados alcançados através do estudo de campo evidenciaram que há condições de vulnerabilidade que a mulher feirante se depara todos os dias em seu trabalho. Também ficou evidente que as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas atividades no âmbito doméstico além de produtoras de suas mercadorias, configurando a dupla jornada de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Precarização. Trabalho informal. Dupla Jornada de trabalho. Feira da Sulanca.

ABSTRACT

This article presents a study about the precariousness of female work, performed at one of the main fashion fairs in the Brazilian northeast. The purpose of this study is to characterize the female work in the clothes business at Sulanca fair, situated in the city of Caruaru-PE. For that, a qualitative research was carried out, the information was obtained by semi-structured interviews with 13 female workers, who reported about the daily life at the Sulanca fair and its implications, as well as data collected from researcher observation. The theoretical work is supported on authors that present a lost history of fairs in the Agreste of Pernambuco and in Caruaru as: CAMPELLO (1983), XAVIER (2006), LIRA (2003, 2009, 2011) and on female employment having HIRATA (1997, 2001, 2004) and BRUSCHINI (2007, 2011) as principal authors. The results obtained through the field research showed that the females who work in the Sulanca fair deal with vulnerable conditions at work every day. It was also evident that women are still the mainly responsible for household chores, apart from the fact that they produce their own products to sell, doubling their burden.

Keywords: Women's work. Precariousness. Informal work. Double burden. Sulanca Fair.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Box da Entrevistada 10 na Feira do Brasilit	46
Figura 2 - Espaço de comercialização na FUNDAC	47
Figura 3 - Estrutura do banco da feira na FUNDAC.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistas realizadas	36
Quadro 2 - Quadro temático com Variáveis Teóricas Sobre Trabalho na Feira, Trabalho Feminino e Precarização.....	39
Quadro 3 - Faixa etária das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização.....	40
Quadro 4 - Nível de escolaridade das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização	41
Quadro 5 - Tempo de serviço na Feira da Sulanca de Caruaru	42
Quadro 6 - Estado civil das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização	42
Quadro 7 - Renda Mensal das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização	43

LISTA DE SIGLAS

FUNDAC – Fundação da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.2 Justificativa	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Feiras no Agreste	16
2.2 Feira de Caruaru	21
2.3 Feira da Sulanca	23
2.4 Trabalho Feminino	26
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Natureza da Pesquisa	35
3.2 Seleção das Pesquisadas	35
3.3 Instrumento de Coleta de Dados	36
3.4 Análise e Interpretação dos Dados	37
4. ANÁLISE DE DADOS	40
4.1 Perfil socioeconômico das feirantes entrevistadas	40
4.2 Trabalho na feira	44
4.3 Trabalho Feminino e família	48
4.4 Condições de trabalho e Precarização	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO	60
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES	62
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	63

1. INTRODUÇÃO

A inserção da mulher no mercado de trabalho, a posição ocupada, a desvalorização, as dificuldades e as suas contribuições para a sociedade são resultados de marcas deixadas na história. A mulher, considerada socialmente subordinada e frágil, após a Revolução Industrial se depara em um cenário de exploração, com salários inferiores aos dos homens e com altas jornadas de trabalho. Essa tal subordinação socialmente conhecida além de descender de uma cultura milenar, se apresenta como a primeira forma de opressão na história da humanidade (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Pode-se dizer que o trabalho feminino é marcado por desigualdades, direitos negados e dupla jornada de trabalho. Uma vez que a mulher, segundo a divisão sexual do trabalho não deixa de ser vinculada ao posto de reprodutora, aquela que cuida da organização do lar e da criação / educação dos filhos, ao passo que para as atividades desempenhadas pelo homem, o produtor, é atribuída uma maior valorização (CARLOTO, 2002).

O desenvolvimento capitalista das últimas décadas transformou as relações de trabalho, levando à precarização, informalidade, bem como à falta de proteção dos direitos trabalhistas contribuindo na caracterização da real conjuntura do mercado de trabalho (ARAÚJO, 2011). A mulher, por ser historicamente discriminada no mercado de trabalho, se depara com diversos desafios e dificuldades, o que se agrava em contextos periféricos, como o Agreste de Pernambuco, com marcas de forte precarização, como a feira.

A Feira da Sulanca de Caruaru é o palco de estudos dessa pesquisa por concentrar em único espaço, mulheres que desempenham suas tarefas no setor informal marcadas pela precariedade e a desvalorização. Buscamos promover uma discussão sobre os aspectos mais significativos ao assunto proposto, respondendo à seguinte pergunta: **Como se caracteriza o trabalho feminino das feirantes do ramo de confecções na Feira da Sulanca de Caruaru-PE?**

Sendo assim a presente monografia se divide em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro. O segundo capítulo está subdividido em duas seções, a primeira apresenta uma breve contextualização do surgimento das feiras no Agreste e em Caruaru, a segunda expõe reflexões sobre o trabalho feminino, trabalho informal e a dupla jornada de trabalho. O terceiro capítulo trata as trilhas metodológicas, o caminho percorrido indicado para alcançar resultados que propiciassem o conhecimento da rotina de trabalho das

feirantes. O quarto capítulo é dedicado à reflexão dos resultados da pesquisa, traçando um perfil das entrevistadas, apresentando o cotidiano das mulheres e o modo como lidam com a questão da dupla jornada de trabalho, dos aspectos subjetivos na relação das vendas, produção e a precariedade do ambiente de trabalho. E finalizamos com as principais considerações do resultado desta pesquisa.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o trabalho feminino das feirantes do ramo de confecções na Feira da Sulanca de Caruaru-PE.

1.1.2 Objetivos Específicos

Com base no objetivo geral, os objetivos específicos são:

- Caracterizar o perfil socioeconômico das feirantes da Feira da Sulanca;
- Identificar a visão das mulheres feirantes sobre o trabalho desempenhado na feira;
- Analisar as condições de trabalho das mulheres feirantes;
- Discutir as formas de precarização no trabalho da Feira da Sulanca.

1.2 Justificativa

Esse estudo se faz importante para que possa ser caracterizado o trabalho e as condições de trabalho das feirantes.

A análise de diversos fatores, sejam eles internos ou externos, são de suma importância para o administrador. O cenário em que acontece a Feira da Sulanca, espaço de desenvolvimento econômico, apresenta variáveis em relação ao trabalho dos que dela retiram seu sustento. Um dos principais sujeitos que compõem essa estrutura são as feirantes mulheres, na condição de produtoras e revendedoras de seus produtos, que são caracterizadas por sua busca de espaço, enquanto protagonistas de um universo diversas vezes masculino. O trabalho desempenhado por elas é de grande importância para a cidade de Caruaru (por meio da contribuição para a economia local, para o desenvolvimento e também para a base do sustento de diversas famílias) e a qualidade na forma como o trabalho é executado na feira, tem relação direta com os resultados.

A luta árdua da mulher em busca do seu espaço, em uma sociedade desigual e a conquista pelo espaço nesse mercado de trabalho, revelam a relevância dessa pesquisa, já que as mulheres feirantes conquistam com seu trabalho a independência diante de questões econômicas, sociais e políticas.

Buscar a caracterização do trabalho feminino na feira da sulanca de Caruaru, em uma das principais feiras do Polo Têxtil de Confecções do Agreste será de grande contribuição para o acervo da Universidade, pois, irá somar às diversas produções sobre o Polo, bem como ressaltar a importância do protagonismo feminino nesse segmento produtivo.·.

Também é necessário salientar a importância para os estudos de gênero no âmbito do conhecimento em Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Feiras no Agreste

O Agreste de Pernambuco é uma região intermediária (faixa paralela à região costeira) entre a Zona da Mata e o Sertão. Está situado sobre o Planalto da Borborema e é uma região permeada de brejos, ilhas de umidade e microclimas, como sugere Andrade (1973, p.180): “uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da mata e os outros tão secos como o do Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste”. Embora reúna condições climáticas favoráveis, foi uma região que demorou a ser povoada, talvez isso seja devido à dificuldade de acesso (XAVIER, 2006).

Segundo o IBGE (2011), o Agreste de Pernambuco é composto por seis Microrregiões: Alto Capibaribe; Médio Capibaribe; Vale do Ipojuca; Brejo Pernambucano; Garanhuns e Vale do Ipanema. O Agreste Pernambucano é marcado por ter como parte da sua economia, o setor de confecções. O recém denominado Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco¹, abrange as cidades da microrregião do Alto do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte, Vertentes e Surubim), da microrregião do Vale do Ipojuca (Caruaru, Brejo da Madre de Deus e Riacho das Almas) e da microrregião do Brejo Pernambucano (Cupira e Agrestina). A origem do surgimento desse aglomerado produtivo está atrelada às atividades primárias desenvolvidas nas feiras, como veremos mais adiante.

A feira sempre esteve presente no Agreste Pernambucano, pois segundo Andrade (1974 apud Xavier, 2006), no século XVIII as vilas e pequenas cidades serviam de pontos de parada comercial onde eram vendidas as produções agrícolas. Sá (2015 p.97) destaca o quão centrais eram “os dias de feira de rua e de missa, tanto para quem morava no campo quanto na rua – origem do vilarejo ligado à fazenda, uma igreja nela construída e o comércio de rua estabelecido”.

Desse modo, Sá (2011) afirma que as feiras livres configuram uma atividade econômica e social de importância central à vida de muitas pessoas. Garcia (1984, p.6) também pontua que a feira, segundo os pequenos produtores, é “um local privilegiado de abastecimento, de realização do valor da pequena produção e de exercício de uma atividade complementar de compra e venda”. Dessa forma, a feira é um lugar onde se comercializam

¹Aglomerado de unidades produtivas de dez principais cidades que por estarem geograficamente concentradas na mesorregião do Agreste recebem esse nome (SEBRAE, 2012). O PIB do Polo correspondeu a 5% do PIB (base 2009) de Pernambuco (FIEPE, 2014).

muito mais que produtos, ou seja, os saberes e fazeres também são comercializados neste ambiente, havendo a integração entre o econômico e o social ligados às histórias de vida dos personagens que compõem a feira livre (NORA; ZANINI, 2015).

Silva (2005, p.137) afirma que a feira “é uma instituição social, onde os personagens consumidores e negociantes assumem o compromisso de serem seus protagonistas principais, a enredarem seus caminhos, transformando-a num grande cenário móvel, investido de significados diferentes”. Burnett (2014) complementa Silva (2005) ao dizer que as feiras livres são um espaço de acolhimento, isso porque reúnem em um espaço urbano, os atores do cenário agropastoril o tornando um espaço de expressão cultural e social.

Quanto ao surgimento das feiras livres no Agreste de Pernambuco, Campello (1983) afirma que conforme a produção agrícola aumentava, surgiam povoações em lugares onde a população se concentrava na comercialização de seus produtos. Foram nesses pontos que surgiram as feiras. Conforme Sá (2011), as feiras livres se configuravam como um apoio para o compartilhamento do comércio de mercadorias, dos hábitos de vida e das notícias. O autor ainda afirma que o fato histórico de uma feira constituir uma cidade é algo bem comum, já que a mesma contribui para a constituição da interligação entre regiões.

Nesse sentido, Xavier (2006) afirma que por volta do século XVII, a formação urbana no Agreste de Pernambuco surgia em meio aos caminhos da produção e comercialização da pecuária e venda do couro. As feiras de gado funcionavam como um espaço destinado às negociações onde também eram vendidas as produções agrícolas (ANDRADE,1973). Xavier (2006, p.78) destaca a importância que essas feiras tinham para a região, pois, “eram o espaço urbano onde a população se reunia em torno da sua necessidade de organização social, política e econômica”.

Analisando todo o contexto do espaço regional, especialmente do Agreste, Campello (1983, p.31) afirma que: “o Agreste tendo iniciado o povoamento com a pecuária, logo passaria a se tornar um espaço também agrícola, tendo como principal atividade econômica a cultura do algodão”. Segundo Andrade (1973 p.157), “a população agrestina era, em geral, pobre, limitando-se a cultivar o algodão [...], o milho, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar, para fazer mel e rapadura. As lavouras davam, assim, lucros reduzidos”.

Sá (2015) destaca que além da população agricultora, os comerciantes constituíram o grupo de atores sociais desse espaço, visto que os mesmos se estabeleceram no “arruado”² e

²Pequena povoação de casas à beira de uma estrada.

desempenharam um importante papel na história, eles além de vender produtos agropecuários também ofereciam guarita, alimentação e produtos básicos aos caixeiros-viajantes³.

A partir do final do século XIX, o algodão passou a ser uma atividade importante do Agreste e do Sertão, porém era uma atividade instável por depender de condições climáticas adversas. Por outro lado, a atividade da pecuária dava pouco retorno se destinando ao consumo das famílias locais (XAVIER, 2006). O algodão tinha um papel vantajoso para os agricultores, pois alimentava o gado e possuía ciclo vegetativo curto, o que facilitava a cultura de subsistência favorecendo os pequenos proprietários (LIRA, 2011).

A cultura do cultivo do algodão se adaptou ao clima agrestino e contribuiu para a melhoria da vida financeira da população, porém não durou muito, uma vez que, segundo Lira (2011, p.83) “[...] essa atividade produtiva entrou em declínio, como em todo o Nordeste, por conta da concorrência internacional frente ao algodão norte-americano, como também a concorrência nacional do algodão paulista [...]”. Xavier (2006) afirma que a modernização industrial que São Paulo possuía se destacava de todo país, o que possibilitava uma maior vantagem competitiva frente às demais indústrias.

Paralelo a isso, Sá (2011, p.105) afirma que “em meados do século passado, além da condição de vida já delicada de grande parte de sua população, o Nordeste sofreu com duas grandes secas. Ao mesmo tempo, o processo de industrialização no Sudeste do país crescia e demandava por trabalhadores”. Desse modo, o Sudeste se tornaria uma boa opção para aqueles que buscavam fugir da seca nordestina.

O Agreste tornou base de migração, pois a população crescia no mesmo ritmo em que as condições de vida ficavam precárias, com a crise do algodão (SÁ, 2015). Segundo Xavier (2006, p.85), “a dificuldade de sobrevivência, fez do Agreste um lugar de intenso movimento da população interna e de migração para outros lugares”. Ainda segundo a autora, a decadência do algodão e o aumento do índice de desemprego incentivaram os fluxos migratórios das regiões rurais para o Sudeste, Recife e outros estados.

Lira (2011, p. 84) afirma que, com base na decadência do plantio do algodão, foram levantadas muitas alternativas voltadas à geração de trabalho e renda: “[...] a intensificação do artesanato de couro, em Caruaru e Toritama, através da produção de calçados e do artesanato com retalhos de tecidos, em Santa Cruz do Capibaribe”.

³ “Antigos mercadores que viajavam maiores distâncias e desempenhavam, além do comércio, o papel de comunicação entre as culturas locais e destas com a então vigente nos centros urbanos maiores que frequentavam.” (SÁ, 2015 p.96)

Porém, a alternativa de trabalhar com o couro, não foi muito viável pois, como explica Campello (1983), a escassez da matéria-prima, o couro importado, e a invasão da indústria do plástico com uma diversidade de produtos e preços acessíveis, impossibilitou a continuidade da atividade no mercado.

Torna-se difícil situar historicamente o início das atividades de confecções no Agreste, mas, segundo Sá (2015), trata-se de uma tradição de longo tempo, de quando ainda não existiam as cidades citadas e a mãe de família se via no papel de costurar as roupas dos filhos, com retalhos advindos de outra região para as festas de fim de ano, o que evidencia uma economia de caráter familiar. Para o autor, a inserção da família nesse novo ramo de atividade, que não é mais na terra e com a terra, e sim com máquinas e tecidos, exigiu o envolvimento e comprometimento de todos.

Sá (2011) afirma que, nos anos trinta, os pedaços de pano descartados no processo industrial das fábricas têxteis vinham de Recife e as costureiras usavam esses retalhos na produção de colchas que serviam como moedas de troca. Este processo é destacado por Campello (1983):

[...] No início dos anos cinquenta, a atividade caminha vagarosamente, tendo como principal suporte a compra de retalhos nas fábricas do Recife. [...] no final dessa década ocorreu um aumento significativo na compra de retalhos e conseqüentemente na confecção de roupas, fazendo com que no final desse período as confecções populares já fossem encontradas para venda nas bancas da feira semanal da cidade (CAMPELLO, 1983, p.73).

Campello (1983) pontua que a ampliação das denominadas “sulancas”⁴, aconteceu mais intensamente durante a década de 1960 e 1970, pois, começa a ser bastante comum, nas residências locais, a existência de uma ou duas máquinas de costura tendo a “mãe de família” como responsável pela confecção das roupas por encomenda ou por conta própria. Segundo Sá (2011), após o declínio da indústria têxtil recifense, os retalhos passaram a ser trazidos de São Paulo. O impulso na atividade de confecções no Agreste aconteceu após a chegada desses retalhos vindos do Sudeste (CAMPELLO, 1983).

Sá (2015) relata que durante esse processo, a participação dos atacadistas de tecidos se fez muito importante e eles surgiram após os transportadores e vendedores de retalhos, pois enxergaram na produção feita por mulheres com as sobras de tecidos um negócio rentável. O autor, em meio aos seus achados históricos, conta que caminhões de pessoas e produtos rurais com destino aos centros urbanos, voltavam carregados de retalhos. Logo, tinham ingressado

⁴ “Supostamente o vocábulo sulanca deriva da palavra helanca, fibra sintética em voga nos anos 1960/1970 que vinha do Sul. Portanto, sul + helanca = sulanca.” (BURNETT, 2014, p.153)

em um negócio altamente lucrativo, uma vez que o número de pessoas envolvidas com a confecção só aumentava.

Os estudos de Sá (2015) nos apresentam, ainda, a figura dos mascates⁵ como personagem relevante da história local. As vendas da produção, até então doméstica, era atribuída ao homem-pai-de-família que viajava outros estados a fim de vender os produtos e que encontrou nessa atividade uma forma de ganhar dinheiro e complementar a renda familiar. As vendas, desse modo, eram feitas pelos mascates representados, muitas vezes, pela figura do pai de família.

Para Burnett (2014), o início da Feira da Sulanca pode ser caracterizado pela existência do trabalho familiar, domiciliar e informal. As costureiras se apresentam como a força produtiva, os vendedores ambulantes como os mascates e a divulgação do produto sulanca era de responsabilidade dos feirantes.

Conforme Sá (2015), os fluxos itinerantes ao Sudeste e Recife, fizeram com que máquinas e seu insumos começassem a circular pelo Agreste. Burnett (2014, p.167) afirma que “a produção da sulanca passou de doméstica e rural para semi-industrial urbana” quando as atividades começaram a ser feitas com os retalhos vindos do Sul. Por serem mais finos e precisarem de uma costura mais delicada, as costureiras que estavam habituadas a costurarem os retalhos mais robustos utilizando as máquinas manuais domésticas, se viram forçadas a adquirirem um maquinário mais moderno. Campello (1983, p.112) afirma que quando as costureiras “ingressaram na economia urbana propriamente dita, passaram a adquirir outros tipos de máquinas e a ampliar a sua clientela de forma mais significativa”.

De acordo com Sá (2015), conforme os retalhos chegavam ao Agreste, abasteciam casas repletas de pessoas que trabalhavam com a atividade e com um número crescente de máquinas. O autor ainda destaca que o surgimento dos fabricos⁶ e facções⁷, espaços que ainda hoje estão presentes na realização das atividades de confecções, surgiram em razão do regime

⁵ Mercador ambulante que percorre ruas e estradas a vender objetos manufaturados, tecidos, joias, sapatos e etc.

⁶ São espaços de produção dentro das residências espalhadas pela cidade, de espaços laborais não adequados, muitos oferecendo risco de segurança, sem uso de equipamentos de proteção e sob condições insalubres. Podemos dizer que suas principais características são a posse dos meios de produção onde prevalece o fato de que seu proprietário assume os riscos de seu negócio, estando responsável pela compra de matéria-prima (tecido, aviamentos, etc.), transformação desses insumos, e comercialização do produto final, assim como o emprego de mão-de-obra familiar, onde geralmente trabalham pais, filhos e demais parentes, que auferem rendimento por salário fixo ou ganho por produção (PEREIRA, 2011, p. 113).

⁷ Caracterizadas como um tipo de unidade produtiva prestadora de serviços especializados em uma etapa ou tarefa da confecção de determinada peça de roupa, que de modo subcontratado, “terceirizado informalmente”, conecta-se aos fabricos. Fundamentalmente seus proprietários não detêm a matéria-prima, ou seja, os tecidos e aviamentos, que lhe chegam já em fase de corte, prontos para um tipo especializado de costura, não sendo, portanto, fabricantes no sentido daqueles que assumem os riscos do mercado, responsáveis pela compra do insumo e venda do produto final (PEREIRA, op.cit, p. 113).

de produção doméstica que era em série. Desse modo, Sá (2015 p, 118) afirma que “quando a mão de obra familiar não mais tinha condições de suprir a demanda de trabalho que a produção crescente exigia, outras pessoas (vizinhos ou parentes mais distantes) passavam a ser contratadas e pagas por dia de trabalho ou ainda por atividade-tarefa cumprida [...]”.

Para Campello (1983), não se sabe localizar ao certo quando começou a comercialização das confecções nas feiras, todas as informações indicam que as vendas aconteceram em paralelo às vendas dos produtos alimentares básicos. A grande quantidade de matéria-prima intensificou a fabricação de confecções de baixa qualidade para serem vendidas na feira semanal da cidade e em outros lugares. A partir de 1975, a produção de sulanca já era conhecida por todo o Nordeste.

2.2 Feira de Caruaru

Segundo Xavier (2006, p.109) “o município de Caruaru, na qualidade de segunda cidade mais importante do estado, embasava o processo de urbanização como núcleo financeiro e comercial”. Exercia, portanto, um importante papel de implementação na economia de muitas cidades da região. A cidade sempre foi considerada como centro de referência em serviços.

Caruaru passou a integrar o eixo de produção de confecções, a partir da década de 1980 (LIRA, 2011). A cidade está localizada no Agreste Pernambucano e faz parte do polo de confecções de Pernambuco, que abrange Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e outros municípios circunvizinhos. O conjunto dessas cidades constitui o triângulo da produção regional do Polo comercial de confecções e é importante para o desenvolvimento regional (SILVA, 2010).

Como pontuado por Sá (2011), inicialmente (para as feiras em geral), a *Feira de Caruaru* configurada como uma das mais tradicionais feiras do país, teve o seu surgimento ligado à origem do município. Burnett (2014) afirma que as feiras de Caruaru, são oriundas da passagem de viajantes entre o Litoral e o Sertão. “Paragens para tropeiros⁸, mascates e tangerinos⁹, no Agreste nordestino, região intermediária do Litoral úmido para o Sertão seco” (BURNETT, 2014, p.16).

⁸Condutores de tropas de muares (mulas e burros) e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil.

⁹ Homem responsável pela condução do rebanho no nordeste brasileiro.

A história de Caruaru, entretanto, guarda algumas peculiaridades. Ferreira (2001, p. 6), sobre a origem de Caruaru, afirma que “no final do século XVII, a partir da chegada da família dos Rodrigues de Sá- tomando posse de “suas” terras, no Vale Médio do Rio Ipojuca- e do surgimento das primeiras fazendas de gado e de cultura de subsistência (...), nas terras que hoje integram este município”.

Segundo Ferreira (2001), citado por Lira (2011, p.110), “Os Rodrigues de Sá dividiram as terras entre dez cossesmeiros. Entre eles Simão Rodrigues de Sá, teria fundado a Fazenda Caruru em 1725”. A fazenda Caruru, durante o século XVIII, era um encontro de parada para os que seguiam o roteiro das boiadas do litoral/sertão (BURNETT, 2014).

A construção da Capela, hoje a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, também contribuiu para o aumento e desenvolvimento do povoado, pois reunia pessoas que aproveitavam a oportunidade de ir aos encontros da Capela para trocar seus produtos. “Os domingos eram os dias de maior movimento na capela. Aproveitando a presença do padre, muitos se deslocavam para a fazenda a fim de assistir e realizar celebrações, levando seus artigos para vender, comprar ou trocar com os demais comerciantes” (IPHAN, 2006, p. 25).

[...] foi a partir da construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1792, já sob a administração de José Rodrigues de Jesus, que ocorreu um aumento espantoso da população, contribuindo, assim para o surgimento da sua feira livre, já que a partir do agrupamento de pessoas de todas as redondezas para as atividades religiosas, muitos se aproveitavam para um mascate habitual naquela época dando origem ao que seria posteriormente, uma das mais pitorescas feiras da região (LIRA, 2003, p. 56).

A Capela se tornou o ponto central de encontro, pois como afirma Burnett (2014 p.16), “[...] depois de Bezerros, aquela Capela era o único lugar para atos religiosos, e, por este motivo, ponto de convergência de toda a população da região”.

O fluxo de pessoas tornou-se semanal, as relações sociais e as transações comerciais foram se tornando permanentes, as pessoas foram se fixando ao redor da Capela e transformando o povoado em cidade (BURNETT, 2014). “Em frente à capela”, desenvolveu-se pouco a pouco a feira livre da fazenda, as mercadorias atraíam cada vez mais vendedores e compradores [...] fora-se formando em torno da capela o início da cidade, as primeiras casas e ruas, mais tarde tornando-se um vilarejo” (IPHAN, 2006, p. 25).

Conforme Lira (2011), Caruaru tornou-se vila em 1848 e conseguiu a sua emancipação política por volta de 1857, tornando uma cidade polo. Ainda conforme a autora, a consagração de polo regional deve-se por estar situado em uma localização geográfica favorável, estando entre dois importantes eixos rodoviários, “que se cruzam leste/oeste, pela BR 232 e norte/sul

pela BR 104” (LIRA, 2011, p.110). A ferrovia também colabora para o desenvolvimento e crescimento da cidade, pois, era o principal meio de transporte da cidade à capital.

Caruaru teve um crescimento demográfico significativo na economia local, tendo como base a Feira em todos os setores. Em especial a feira da sulanca que ofertou um importante dinamismo para região, tanto pelos dias em que a feira ocorre como nos demais voltados à produção. Lira (2011) afirma que o crescimento econômico é evidenciado pela quase inexistência de desemprego, onde grande parte das pessoas envolvidas nessa atividade possui uma renda e dela tiram o seu sustento.

O crescimento da feira foi marcado por algumas modificações como evidenciado no estudo realizado pelo IPHAN¹⁰¹¹ (2006, p.35): “Em 1966, a Feira já ocupava dois quilômetros do centro da cidade”. Lira (2011) afirma que a feira tomou várias ruas do centro da cidade, desse modo, a gestão da época resolveu fazer a transferência da mesma para o parque 18 de maio na década de 1980, ficando os produtos organizados por setores conforme suas características: “[...] o artesanato em um local, calçados em outro, alimentos e outros e um dia especial foi dedicado à feira da sulanca [...]” (LIRA, 2011, p.115).

2.3 Feira da Sulanca

Sá (2015) destaca que a mudança do local da feira e a reserva de um dia voltado a essa atividade se fizeram necessário, uma vez que o centro da cidade cada vez mais se enchia de sacoleiras¹² e mercadorias, todos em busca de usufruir do comércio de confecções agrestinas que ali acontecia semanalmente “enquanto o número de pessoas que passavam a se dedicar à produção de confecções crescia nos mais diversos bairros da cidade, a proporção que a venda de sulanca tomou na Feira de Caruaru também a projetou para um dia específico da semana” (SÁ, 2015, p. 122).

Atualmente, Caruaru conta com diversas feiras. O Parque 18 de maio, palco onde acontece a feira da Sulanca, fica no centro de Caruaru. Além desta, a cidade reúne ainda a feira do Paraguai; A feira de Alumínio; de Artesanato; de Ervas e a de Sapato. Sem dúvidas, são um conjunto que reúne uma importância econômica significativa para a cidade.

¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Ministério da Cultura)

¹¹ Foi realizado um relatório / dossiê intitulado de “Feira de Caruaru – Inventário Nacional de Referência Cultural” em 2006. Esse relatório tem como objetivo resgatar a história da cidade e claro, da sua Feira.

¹² Como são chamados os compradores em razão de muitos deles carregarem sacos imensos ou contratarem carregadores para transitarem com as mercadorias que compram visando revender nos lugares de onde vem. (SÁ, 2015).

O estudo do IPHAN (2006) revela que, em 1955, Onildo Almeida compôs uma música que relatava o grande leque de produtos que a Feira de Caruaru ofertava. Segue um trecho:

“A feira de Caruaru
 Faz gosto a gente ver
 De tudo que há no mundo
 Nela tem prá vender
 Na feira de Caruaru [...]

Tem cesto, balaio, corda
 Tamanco, gréia, tem tatu
 Tem fumo, tem tabaqueiro,
 Tem peixeira e tem boi zebu
 Caneco, alcoviteiro, peneira
 Boa e mel de uruçú
 Tem calça de alvorada
 Que é prá matuto não andá nu [...]”.

A canção ficou conhecida após ser interpretada por Luiz Gonzaga que, “em 1957, vendeu mais de cem mil cópias” (IPHAN, 2006, p.32). Tornou-se um hino da Feira de Caruaru e da própria cidade.

Em 1990, Caruaru conquistou o título de “Capital da Sulanca”, por ter a maior feira-livre de confecções do país e no final dessa década, a cidade passou por esforços de regulação, formalização e reestruturação juntando-se às cidades vizinhas de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama “constituindo, as três, o segundo polo de confecções populares do país, inferior somente ao de São Paulo, em produção e venda.” (IPHAN, 2006, p. 36).

Burnett (2014) afirma acreditar que a nomenclatura (Polo de Confecções) atribuída a união das três cidades não passa de uma estratégia de marketing, orientada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para evitar o emprego contínuo do termo sulanca, que se refere a produtos de baixa qualidade. O dinamismo do mercado nacional favoreceu o aglomerado, desse modo a união de Santa Cruz do Capibaribe que possui uma ampla produção de confecções com malha à Toritama, Caruaru e outras cidades com as produções confeccionadas com o tecido jeans contribuíram para o crescimento da produção e comercialização dos mais diversos produtos com preços baixos e tecidos diferentes (LIRA,2011).

Analisando a forma como acontece a produção da sulanca no Agreste, Lira (2011) afirma que a atividade se expande em áreas urbanas e rurais buscando atender os interesses dos três territórios, tanto no setor produtivo, como no comercial. Pensar na importância da

feira da Sulanca é refletir sobre a cadeia de produção que gera empregos e produtivamente, onde o escoamento da produção acontece semanalmente.

[...] possibilitando diferentes ocupações desde os que organizam o funcionamento da feira e a disposição dos bancos, vendedores de café, até grandes comerciantes onde as negociações interestaduais são frequentes, como também toda a produção em fabricos, facções, lavanderias que alimentam esse comércio, a economia da cidade, bem como empregos formais ou informais que tenham respeitados e garantidos seus direitos ou não (SILVA; BARROS; MIRANDA, 2015, p. 8).

Dessa forma, podemos destacar a presença e a importância dos atores locais no que se refere ao desenvolvimento do aglomerado de confecções do Agreste. Na teia da economia local podem ser encontradas as feirantes que participam desde a fabricação das mercadorias até a sua comercialização se tornando essenciais para o desenvolvimento sócio regional (SILVA; BARROS; MIRANDA, 2015).

Lira (2011) afirma que em Caruaru existem muitos fabricos de confecções em vários bairros da cidade, fora a quantidade de lavanderias de jeans. Em conformidade, Sá (2015 p.123) afirma que os bairros da cidade se especializam em um ou mais tipos de confecções e essa produção doméstica não se limita a bairros populares, estando presente nas regiões de classe média ou alta de Caruaru “[...] por trás da fachada residencial, podem ser encontradas máquinas em ação”.

Lira (2009) em seu estudo sobre o aglomerado de confecções do agreste apresenta os atores locais e as relações entre os diversos atores e territórios envolvidos no processo. Segundo a autora, os confeccionistas são pessoas que já possuem algum poder de propriedade, são os donos de fabricos, os que produzem e revendem suas mercadorias. A partir das leituras percebe-se uma descentralização do trabalho que traz à tona o conceito de subcontratação da mão de obra, onde várias pessoas inclusive mulheres e crianças exercem atividades complementares no processo de produção e recebem valores mínimos sem nenhuma garantia ou efetivação da permanência/continuidade do processo.

Quanto à comercialização dos produtos, Lira (2009) afirma que as atividades exercidas pelos representantes influenciam na comercialização dos lojistas, porém há casos em que os compradores se dirigem até as unidades de produção a fim de adquirir as confecções; há também uma parcela reservada de confeccionistas que aproveitam as feiras de negócio da região para venderem seus produtos e há aqueles que possuem uma clientela constante que se comunica diretamente.

Segundo Lira (2011, p. 139), “a grande maioria dos atores do aglomerado produtivo continua atuando de forma individual e espontânea, e dependendo, quase que exclusivamente,

das feiras para escoarem suas mercadorias ou realizar algumas comercializações diretas com compradores externos”. Sá (2015) também afirma que grande parte dos comerciantes continua confeccionando em suas casas e vendendo nos espaços de feiras, assim como se faziam nas décadas anteriores. As feiras livres continuam sendo o principal espaço de comercialização dos pequenos confeccionistas (LIRA, 2009).

Silva (2016) aponta as questões de infraestrutura da feira como um agravante para a comercialização dos produtos na Feira da Sulanca. Como já foi citado, a feira da Sulanca se desenvolveu de maneira acelerada e desordenada, o IPHAN (2006) discute a questão da infraestrutura, onde é possível observar que há o fechamento de vias de acesso à feira em dias de grande movimento, o crescente número de vendedores ambulantes que se espalham tomando conta de grandes espaços dificultando a circulação na feira.

Consoante a isso, Sá (2011) nos apresenta uma visão mais detalhada dos problemas de organização da feira. Para ele, há um descaso do poder público em relação aos aspectos básicos de infraestrutura, sendo um dos problemas mais frequentes o grande número de feirantes e bancos não cadastrados extrapolando os limites da feira ocasionado pela concessão de alvarás fora da planta gerando uma grande falta de controle. Além disso, os feirantes também se queixam da insegurança já que os roubos são praticados em plena luz do dia, onde levam coisas do público e dos próprios feirantes, a medida tomada por eles, foi de terceirizar o serviço de segurança particular, já que há uma insatisfação com a ausência do policiamento.

Na próxima seção, abordaremos com mais detalhes a questão da precarização do trabalho na feira, especificamente para as mulheres feirantes.

2.4 Trabalho Feminino

Albornoz (1986) apresenta a palavra trabalho como possuidora de dois significados: o primeiro se refere ao sentimento de ser reconhecido socialmente e o segundo é tido como um esforço repetitivo e rotineiro. Silva (2016) afirma que o trabalho está inserido na vida social, desde os primórdios, e a evolução social aconteceu por meio dele. “O trabalho é a ação humana de transformar, seja os bens materiais ou nossa essência. Trabalho é movimento, construção física, mental e aprimoração” (SILVA, 2016, p. 35).

Sobre o trabalho feminino propriamente, Albornoz (1986) aponta que seria um engano acreditar que a mulher apenas era encarregada de cuidar da alimentação e dos filhos, pois as mulheres sempre trabalharam também fora do lar, e não só em serviços leves. A sua presença era marcada na agricultura, no artesanato e claro, nas atividades domésticas. A autora ainda destaca que mesmo inserida no processo de industrialização, a mulher ainda se via com as

obrigações domésticas e o reconhecimento pelo seu esforço não existiu, sendo explorada também no âmbito industrial. Silva (2016, p. 85) destaca que essa exploração aliada à invisibilidade e vulnerabilidade “fazem parte da construção histórica do trabalho feminino que tem repercussão na atualidade, no cenário da globalização, do neoliberalismo, com a informalidade, precarização do trabalho e subcontratações que alcançam em maior proporção as mulheres”.

Segundo Sardenberg e Costa (1994), com o advento do capitalismo, todas as relações sociais sofreram transformações, uma vez que a busca por lucros crescentes se tornaram centrais em decorrência dessa modificação. Desse modo, “a família perde seu caráter de unidade produtiva, deixando de produzir mercadorias que agora serão produzidas em fábricas, havendo, portanto, uma divisão entre o mundo do trabalho e o da família” (SARDENBERG; COSTA, 1994, p.87). Essa divisão tem como consequência, a divisão sexual do trabalho.

Hirata e Kergoat (2007) abordam que a divisão sexual do trabalho apresenta-se como uma divisão social do trabalho originada historicamente e socialmente das relações sociais entre os sexos, nesse caso, os homens ocupam posição de produção e as mulheres de reprodução, sendo que as atividades exercidas pelo homem possuem um maior valor social. As autoras apresentam dois princípios da divisão sexual do trabalho: o princípio de separação e o de hierarquia. O primeiro afirma que há tarefas diferentes para homens e para mulheres e o segundo admite que o trabalho do homem é mais valioso que o da mulher.

Conforme Bruschini e Rosemberg (1982, p. 10):

[...] com a Revolução Industrial, o trabalho passou a ser dividido em duas esferas distintas: de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção. A essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo extra lar, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração.

A ideologia se encarregou do resto, transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão natural própria à biologia de cada sexo.

Sardenberg e Costa (1994) afirmam que o homem socialmente visto como chefe de família é forçado pelo mercado a vender a sua força de trabalho. O avanço tecnológico que acontece na Revolução Industrial abre caminho para a participação em alto número das mulheres, sendo sua força de trabalho requisitada principalmente na produção fabril. As autoras salientam que a condição de passividade e submissão em que a mulher já era submetida ao longo da história atraiu os interesses da burguesia, pois essa condição de inferioridade será utilizada para impor pagamentos de salários inferiores ao dos homens e jornadas de trabalho excessivas e precárias.

A inserção da mulher no mercado de trabalho não significa uma mudança radical na vida desta, agora há além das obrigações no mercado de trabalho, as atividades reprodutoras, cuidado da casa e da família. Hirata e Kergoat (2007) apresentam quatro modelos que relacionam os vínculos sociais e as determinações sexuais do trabalho: o primeiro conhecido por “modelo de complementariedade” apresenta uma ideia de divisão entre homens e mulheres do trabalho profissional e o doméstico, mas que incentiva a separação de papéis sexuados no campo profissional; o segundo é o “modelo tradicional”, aqui as mulheres assumem totalmente os papéis reprodutores e domésticos e o homem fica inteiramente responsável por sustentar a família; há também o terceiro modelo o de “conciliação”, onde a mulher fica responsável por conciliar suas atividades profissionais das domésticas, remetendo ao conceito de dupla jornada de trabalho e, por último as autoras destacam o “modelo de delegação”, que consiste em mulheres com grau de escolaridade maior que se dedicam a suas atividades profissionais e que delegam tarefas para outras mulheres – seja no campo familiar ou profissional.

Segundo Carloto (2002), os papéis exercidos pela mulher, a visão que elas possuem e as consequências da maternidade, afetam diretamente na forma como a mesma se propõem no mercado de trabalho. Nobre (2004) destaca que há um fenômeno chamado de “sabedoria da conciliação”, onde as mulheres procuram por funções que possuam uma jornada de trabalho mais flexível, havendo conflito entre a identidade de mãe/dona de casa e de trabalhadora.

Carloto (2002) afirma que a identidade da mulher trabalhadora vai ser sempre associada a seu papel de reprodutora (imagem básica de mãe, dona de casa), essa imagem vai limitar a mulher numa adequada alocação no mercado de trabalho, pois a imagem de trabalhador, de chefe de família vai ser sempre associada ao homem. Para a autora, a divisão sexual do trabalho vai afetar as relações de trabalho masculina e feminina, não apenas na divisão de tarefas, mas em critérios que vão definir a qualificação, a remuneração e a disciplina do trabalho.

Lima (2004) cita o movimento das mulheres, que teve início no fim dos anos 1960 e teve papel fundamental por discutir sobre relações hierárquicas entre homens e mulheres, essas relações hierárquicas pressupõem a subordinação da mulher, atribuindo lugares desiguais no mercado de trabalho e em outros setores na vida social. Sardenberg e Costa (1994) apontam o feminismo, sendo um fenômeno que surge quando mulheres se incomodam com a forma em que seus interesses e direitos são negados em relação aos homens. Deste modo, esse fenômeno prioriza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade.

Hirata (2004) apresenta a globalização como potencializadora das mudanças ocorridas entre os papéis masculinos e femininos na economia, na política e no social, alterando simultaneamente as desigualdades entre homens e mulheres.

[...] a globalização teve consequências complexas e contraditórias afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Este último sofreu regressão ou, no melhor dos casos, estagnação. Quanto ao emprego feminino, assiste-se mundialmente a um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres (HIRATA, 2004, p. 15).

Ainda segundo Hirata (2004), as mulheres raramente estão presentes em cargos altos, e quando as possuem, são menos remuneradas e essa diferença salarial entre homens e mulheres é um fato que existe no mundo inteiro. De acordo com Lima (2004, p. 57), os lugares ocupados por mulheres em todo mundo, são marcados por forte desigualdade o que justifica a presença de boa parte desta população “na economia informal, ou mesmo no trabalho em domicílio além do acúmulo de tarefas com a dupla jornada, devido à necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o doméstico”. A autora ainda salienta que as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, ainda que possuam um grau de escolaridade mais alto, possuindo poucas oportunidades de ascensão profissional.

Montagner (2004) aponta a reestruturação produtiva como impulsionadora do aumento de oportunidades para a participação feminina no mercado de trabalho, havendo uma maior abertura de vagas em áreas que envolvem maior escolaridade e experiência, por outro lado, essa reestruturação também aumentou as ocupações informais que além de pagar valores menores, contam com alta rotatividade. A autora conta que nos anos de 1990, muitos postos de trabalho predominante masculinos deixaram de existir, com isso, muitas mulheres passaram a buscar atividades que viessem assegurar o sustento de suas famílias. A inserção da mulher no mercado de trabalho deu-se basicamente em setores de serviços, áreas do conhecimento tradicionalmente “femininas” como educação, bem-estar social, saúde, entre outras (BRUSCHINI, 2007). Montagner (2004) também assinala que entre as atividades em que as mulheres assumiram no mercado autônomo, prevaleciam aquelas em que elas estavam pelas ruas, de porta em porta, se referindo ao trabalho realizado pelas sacoleiras.

Considerando as áreas de atuação mais comuns ocupadas por mulheres, Carloto (2002) indica que elas estão empregadas em maior número nos processos agrícolas, industriais, no comércio, como prestadoras de serviços, nas áreas sociais e no setor público, exercendo diversas funções, tais como na área previdenciária, educacional e da saúde, em que este setor vem apresentando o aumento da participação feminina.

Bruschini (2007) aponta que as transformações advindas com a reestruturação produtiva impactaram no aumento do Trabalho Feminino, entre as transformações sociais estão: a queda da taxa de fecundidade, a redução no tamanho das famílias e principalmente o crescimento do arranjo familiar chefiado por mulheres. Para a autora, o aumento da escolaridade e o ingresso na universidade também possibilitaram à mulher, novas oportunidades no mercado de trabalho: “a expansão da escolaridade, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho” (BRUSCHINI, 2007, p. 547).

Carloto (2002) destaca que as mudanças no âmbito social e econômico advindas com a reestruturação produtiva serviram para agravar o quadro de exclusão social e desigualdades. Houve a perda dos postos de trabalho na indústria, a perda da qualidade dos empregos e o aumento das atividades no âmbito da informalidade. Em conformidade, Hirata (1997) afirma que o forte aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e o aumento da precariedade do emprego coincidiram de acontecer simultaneamente.

As trabalhadoras brasileiras obtiveram um progresso no mercado de trabalho, embora tenham persistindo as inúmeras condições desfavoráveis, pois como afirma Bruschini (2007, p. 570):

[...] Movidas pela escolaridade, alcançando postos em profissões de prestígio, porém é notório que grande parcela da força de Trabalho Feminino encontra-se em um grupo de ocupações precárias, trabalho doméstico (sem registro na carteira, a maioria), trabalho não remunerado (as que trabalham para o próprio consumo ou o da família).

Hirata (2011) discute o fenômeno chamado de bipolarização do trabalho feminino: onde num extremo são encontradas profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons e no outro extremo, encontramos trabalhadoras com a chamada baixa qualificação, sem reconhecimento e inseridas no trabalho precário, mal pago e sem perspectiva de carreira. A bipolarização cria dois grupos de mulheres com perfis sociais e econômicos opostos.

Lima (2004) assinala que os processos de globalização impõem aos países mais pobres economicamente, políticas que venham ajustar as estruturas nacionais refletindo em privatizações de empresas estatais o que converte os empregos seguros em trabalhos precários e relações de trabalhos flexibilizadas com o enfoque na redução dos direitos trabalhistas e sociais. De comum acordo, Hirata (2011) afirma que a globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres trabalhadoras, já que os vínculos

de emprego se tornam cada vez mais precários com o aumento do desemprego de longo prazo e de formas diferentes de emprego e da flexibilidade no trabalho.

Conforme Vêras de Oliveira (2011), diversos processos se associam e formam um novo quadro nas relações de trabalho, como a flexibilização, a fragmentação, terceirização e informalização; em uma escala global há uma tendência de precarização dos vínculos e condições de trabalho.

Araújo (2011) afirma que a precarização do trabalho se expressa seja na inexistência de regulamentação/proteção por parte do Estado, seja nas condições concretas em que o trabalho se realiza. Neste sentido, a autora revela que as atividades exercidas por conta própria e que são mais instáveis, em relação a sua demanda e renda, com jornadas de trabalhos mais longas, configuram a precarização do trabalho, uma vez que a mesma está presente na ausência de vínculos informais dos direitos trabalhistas.

Vêras de Oliveira (2011) afirma que a precarização, levada ao seu limite, significa trabalho sem proteção ou seja, origina a informalidade; e a flexibilização, também levada a seu limite, significa a substituição de vínculos estáveis e formais por vínculos mais instáveis e informais nas relações trabalhistas.

Desse modo, a flexibilização do trabalho, tende a configurar a segmentação: aos empregados regulares, impõe-se a flexibilização das funções e jornadas de trabalho; os trabalhadores periféricos se expandem; os empregados em tempo integral com baixa qualificação (são submetidos a uma alta taxa de rotatividade) e os empregados em tempo parcial, casuais, temporários e subcontratados (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 202).

Conforme Carloto (2002), a flexibilização apresenta péssimas consequências que afetam principalmente as mulheres, como altos níveis de desemprego, o atraso do poder sindical, a redução do emprego regular em comparação ao crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Consoante a isso, Abramo (1998), afirma que a flexibilização passa pela utilização intensiva de formas de empregos precárias, e para as mulheres isso reflete em contratos de curta duração, empregos em tempo parcial ou em trabalhos em domicílio.

Harvey (1992) afirma que as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam a exploração do trabalho realizado por mulheres em tempo parcial, neste caso, são substituídos trabalhadores homens pelo trabalho feminino mal pago. As novas condições de trabalho acentuaram a vulnerabilidade dos grupos tradicionalmente discriminados, como as mulheres (CARLOTO, 2002).

Segundo Hirata (2004), a figura do trabalho informal se faz presente no atual espaço do emprego feminino e masculino nos países da América Latina. O crescimento da participação feminina nos setores informais do mercado de trabalho é significativo, pois é através dele em que a mulher sem espaço no mercado formal, consegue se encaixar (HIRATA, 2001).

Araújo (2011) afirma que na década de 1980 as transformações econômicas e o processo de reestruturação capitalista resultaram na redução do emprego assalariado, provocando o crescimento do desemprego e forçando uma parcela significativa da força de trabalho a se inserir nas atividades informais. As pessoas se deslocaram para a informalidade por encontrar muita dificuldade no que se refere ao ingresso no mercado de trabalho formal. Os grupos mais desfavorecidos constituídos por mulheres e jovens tiveram dificuldades de se integrarem no mercado por possuírem uma baixa qualificação e escolaridade, desse modo a inserção no mercado informal tornou-se uma opção mais acessível.

Segundo Verás de Oliveira (2011) a informalidade não é nova, já que descende das relações de trabalho constituídas com a industrialização do país, e foi ao longo dos tempos ganhando novas configurações. Para o autor, a origem do trabalho informal na América Latina teria sido resultado das migrações campo-cidade ocorridas após a industrialização tardia. Como o mercado industrial não absorveu tantas pessoas de uma só vez gerou uma força de trabalho excedente, que foi levado, por conta própria a se inserir em atividades improvisadas no setor de comércio e de serviços.

Araújo (2011) afirma que por meio dos processos de flexibilização e terceirização nas relações de trabalho, a informalidade encontra-se centralizada na formalidade; pois se apresenta como componente de maior produtividade, redução de custos e maior lucratividade. A autora ainda salienta que no setor informal é comum encontrar um grande número de trabalhadores qualificados, com escolaridade elevada, mas que foram expulsos do setor formal e não conseguiram outra forma de inserção no mercado de trabalho.

A inserção da mulher no trabalho informal, segundo Hirata (2004), propicia uma situação de vulnerabilidade às mudanças econômicas globais e nacionais, pois a mulher no comércio ambulante ou em micro empresas de produção artesanal pode sofrer com a entrada de produtos importados com preços diferenciados. Fora que a precarização do trabalho fica evidente onde em muitos casos a mulher exerce suas funções em condições ambientais e de saúde precárias, executa trabalho repetitivo sem nenhuma proteção, o que constitui um grande quadro de desigualdade social pela sua condição sexual, expondo-se a doenças no trabalho.

Lima (2004) assegura que o processo de globalização propiciou a predominância da exclusão social, do desemprego, da queda nos salários femininos, aumento da carga de trabalho e a presença cada vez maior da mulher no setor informal. Por outro lado, Araújo (2011) afirma que as relações de trabalho informais, o trabalho desprotegido e precário, são inerentes ao desenvolvimento capitalista que vivenciamos há algumas décadas.

É nesse contexto de exclusão, vulnerabilidade que o trabalho feminino na informalidade da feira da Sulanca está inserido.

Segundo Silva (2014 p.10):

A feira da Sulanca de Caruaru é um espaço vitrine onde semanalmente circulam milhares de pessoas dos mais variados estados do Nordeste para abastecer comércios locais. O trabalho feminino é visivelmente observado por visitantes e compradores, porém a mulher feirante não exerce papel relevante nas relações políticas locais, nem discutem em espaço público ou através de suas associações, direitos específicos.

Em Caruaru existe uma parcela significativa da população, tanto da própria cidade quanto das cidades circunvizinhas, que encontram neste espaço uma oportunidade para comercializar os seus produtos e levar o sustento para a família, porém esses feirantes encontram-se em condições vulneráveis por questões que envolvem toda a estrutura da feira como o horário de funcionamento que acontece durante a madrugada, a falta banheiros, segurança, o trabalho infantil que também se faz parte presente em muitos casos por suas mães não terem onde deixar seus filhos (SILVA, 2014).

Sá (2011) em seu estudo nos apresenta dados interessantes acerca do perfil das feirantes de um ramo específico, o gastronômico. A atividade econômica formal exercida pelos feirantes anterior ao trabalho na feira revela que os homens tiveram mais acesso ao mercado formal. As mulheres só ultrapassam os homens ao acesso ao trabalho informal, o que revela que as mulheres têm mais experiências no setor informal e possuem um menor nível escolar. O autor também aponta que as mulheres dizem não ter feito cursos profissionalizantes, as mesmas aprenderam com em casa, com familiares, ou em ocupações anteriores.

Silva (2016) apresenta informações valiosas quanto ao ambiente em que as feirantes estão inseridas, segundo a autora há a Feira de Brasilit e a conhecida como FUNDAC¹³. A primeira possui uma estrutura mais elaborada, com calçamento, banheiro e iluminação fixa já a na FUNDAC a autora registrou que há do lado de fora do terreno, lixo amontoado na rua próximo aos portões de acesso expondo todos os feirantes à contaminação, à exposição de

¹³ Este espaço é assim denominado pois nele funcionava a antiga FUNDAC - Fundação da Criança e do Adolescente. O prédio foi derrubado e os bancos estão no terreno, que contém quantidade significativa de feirantes comercializando.

insetos e animais transmissores de doenças infectocontagiosas, além do odor desagradável. Também salienta que não há banheiros no interior do terreno, não há calçamento, e a iluminação é composta por gambiarras. A mudança de estação pode ocasionar perdas de mercadorias para os feirantes, já que as barracas dos mesmos são apoiadas diretamente na terra e, no inverno as condições se agravam, pois as águas abundantes das chuvas contribuem para acumular lama, esgotos entupidos, poças de água, entre outras questões.

Assim, adentramos a seguir no universo das mulheres na feira da Sulanca de Caruaru.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo será apresentado o percurso metodológico utilizado, delineando os sujeitos da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados que permitiram atender aos objetivos da pesquisa.

3.1 Natureza da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória que visa compreender o trabalho feminino das feirantes do ramo de confecções na Feira da Sulanca de Caruaru-PE. A pesquisa qualitativa busca responder questões particulares sobre um determinado fenômeno, como afirma Minayo (2009) ao dizer que as pesquisas desse tipo costumam lidar com um vasto campo de significados, crenças, valores e atitudes em busca de propiciar respostas aos problemas propostos.

Dentro da proposta de estudar fenômenos sociais por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador se insere na realidade a ser estudada, conseguindo interpretar o mundo e suas relações, processos e fenômenos. Desse modo, o pesquisador aprende a realidade dos sujeitos, suas vivências e como enxergam o fenômeno que vivenciam.

O estudo exploratório busca compreender, desenvolver e esclarecer conceitos e ideias acerca de um determinado questionamento. Segundo Gil (2008), é indicado realizar esse tipo de estudo quando a problemática escolhida é pouco estudada e há dificuldade de formular hipóteses precisas.

3.2 Seleção das Pesquisadas

A pesquisa foi realizada na Feira da Sulanca de Caruaru- PE, mais precisamente no Parque 18 de maio, onde há a maior concentração de feirantes no setor de confecções. Como já foi citado, a feira divide-se em dois espaços: a do Brasilit e a do terreno da FUNDAC.

Como critério de seleção das entrevistadas, priorizou-se mulheres que tivessem mais de 1 ano exercendo as atividades na localidade, tempo considerado para conhecer a rotina, a vivência e as dificuldades do local. As entrevistas ocorreram durante o funcionamento da feira, respeitando o tempo de cada feirante.

Também buscamos respeitar a disponibilidade da feirante, deixando-a à vontade para pausar a entrevista para o atendimento ao cliente. No momento do primeiro contato, foi apresentada a proposta da pesquisa e seus objetivos, deixando claro que a participação da

feirante seria de suma importância para os resultados da pesquisa. Também foi informado que as entrevistadas seriam mantidas no anonimato e que precisariam da autorização das mesmas para gravar as entrevistas. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

Foram entrevistadas 13 feirantes (segue quadro de apresentação das entrevistadas) todas do ramo da confecção. Fizemos um recorte geográfico de localização diferenciada da Feira no Brasilit e na FUNDAC, já que entendemos que os dois espaços possuem diferenças notáveis de estrutura. Ao todo o número de abordagens foi bem superior, mas muitas feirantes se negaram a conceder a entrevista, havendo uma resistência referente ao uso do gravador e à assinatura dos termos de aceite. Das 13 feirantes, 4 comercializam na FERIA do Brasilit e 9 na FUNDAC.

Entrevistas realizadas				
Entrevistadas	Dia da entrevista	Duração	Local	O que produz/comercializa
Entrevistada 1	23/10/2017	6min14s	FUNDAC	Moda feminina
Entrevistada 2	23/10/2017	4min8s	FUNDAC	Moda masculina
Entrevistada 3	23/10/2017	7min44s	FUNDAC	Moda fitness
Entrevistada 4	23/10/2017	6min47s	FUNDAC	Moda infantil
Entrevistada 5	23/10/2017	5min38s	FUNDAC	Moda infantil e adulto
Entrevistada 6	23/10/2017	6min	FUNDAC	Moda praia
Entrevistada 7	06/11/2017	10min14s	FUNDAC	Moda feminina
Entrevistada 8	06/11/2017	14min23s	FUNDAC	Moda íntima feminina
Entrevistada 9	06/11/2017	14min48s	FUNDAC	Moda feminina
Entrevistada 10	06/11/2017	14min23s	BRASILIT	Moda feminina
Entrevistada 11	06/11/2017	7min10s	BRASILIT	Moda masculina
Entrevistada 12	06/11/2017	8min	BRASILIT	Moda infantil
Entrevistada 13	06/11/2017	7min26s	BRASILIT	Moda masculina

Quadro 1- Entrevistas realizadas

Fonte: Elaboração própria, 2017

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

Para o levantamento de dados, é preciso selecionar instrumentos adequados que vão variar de acordo com as circunstâncias em que o estudo será feito. Nesse estudo fizemos uso da entrevista, observação e dados visuais.

As entrevistas são definidas por Gil (2008) como técnica em que o investigador formula perguntas diretamente ao investigado com objetivo de obter dados pertinentes ao seu

estudo. Trata-se de uma conversa entre duas pessoas, onde uma delas conduz as perguntas seguindo um método, fornecendo ao entrevistado informações necessárias por meio da oralidade. O autor também destaca algumas vantagens de fazer o uso desse instrumento sendo uma das principais: a flexibilidade, visto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar de acordo com a realidade do entrevistado.

Optamos por aplicar entrevista semiestruturada, que “combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p.64). Esse tipo de entrevista, por permitir maior interatividade entre as partes, incentiva ao entrevistado compartilhar experiências vividas, o que pode ser muito valioso para a pesquisa. O roteiro da presente pesquisa encontra-se nos anexos do trabalho.

Utilizou-se também a observação a fim de estabelecer uma aproximação com o grupo pesquisado e coletar informações sobre o seu cotidiano. Esse instrumento de coleta de dados apresenta como principal vantagem a de que os fatos são diretamente percebidos sem nenhuma intermediação (GIL, 2008). Evitando assim, distorções na percepção do objeto e o ambiente a ser estudado.

Fizemos o uso da observação não participante onde o observador se posiciona como expectador atento, buscando registrar o máximo de ocorrências que enriqueçam o trabalho (RICHARDSON, 2012). Para concentrar a observação em aspectos relevantes, fizemos uso de um roteiro de observação (Apêndice B). Desse modo, o observador tem a possibilidade de obter a informação no momento em que ocorre com a maior riqueza de detalhes. Todas as informações foram registradas em um diário de campo, além de registro fotográfico dos espaços da feira.

3.4 Análise e Interpretação dos Dados

A análise utilizada nesta pesquisa é a de conteúdo, que se diferencia por compreender técnicas que permitem a descrição da mensagem e das atitudes unidas ao contexto da enunciação (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Oliveira (2008) aponta que a análise de conteúdo objetiva manipular as mensagens a fim de evidenciar relações que estão ligadas a outros fatores subentendidos nas mensagens. Bardin (1979) afirma que essa técnica busca compreender aquilo que está por trás das palavras enunciadas.

Desse modo, a escolha desse método pode ser justificada conforme Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014):

[...] é justificada pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas. (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p.14).

A análise de conteúdo pode ser empregada por meio de várias técnicas que permitem avaliar o conteúdo dos resultados, a escolha vai depender dos critérios adotados pelo pesquisador e do caminho teórico adotado. Adotamos assim, a técnica de Análise temática ou categorial que segundo Minayo (2009) gira em torno do tema, podendo ser apresentado por meio de uma palavra, uma frase ou um resumo. Para Bardin (1979, p.105) “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos sentidos que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o *objetivo* analítico escolhido.”

Nesta pesquisa, realizamos uma análise temática do conteúdo, trabalhando com três categorias de análise: trabalho na feira, trabalho feminino e precarização conforme apresentado no Quadro 2, a seguir. Para cada categoria, diferentes variáveis foram consideradas como subtemas.

Adotamos a proposta de Minayo (2009) para análise temática de conteúdo. Primeiro fizemos a pré-análise do material transcrito, o autor chama de “leitura flutuante”. A partir dessa análise conseguimos reunir todas as falas relevantes para a pesquisa, construindo assim o *corpus*. Por fim, organizamos o conteúdo contido nas falas que aparecem com uma maior frequência para fazermos a interpretação dos resultados. De modo que exista o encontro entre a história da feirante, o referencial metodológico para descrever, analisar e compreender a realidade vivida por tantas mulheres.

Quadro temático	
Categorias	Subcategorias
Trabalho na Feira (Experiência no trabalho):	<ul style="list-style-type: none"> • Participação feminina, da produção à comercialização; • Proprietárias da produção; • Visão sobre o trabalho desempenhado na feira; • Feira livre como principal espaço de comercialização dos produtos; • Infraestrutura e insegurança – agravantes do trabalho na feira.
Trabalho Feminino e família	<ul style="list-style-type: none"> • Segmentos de atuação tipicamente femininas; • Mulheres tidas como as mais frágeis, vulneráveis e desprotegidas pelo âmbito legislativo e sindical; • Modelo de conciliação; • Dupla jornada de trabalho; • Divisão sexual do trabalho; • Subordinação da mulher; • Baixos salários em relação aos homens. • Sustento familiar;
Condições de trabalho e Precarização	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade das jornadas de trabalho; • Formas de trabalho flexíveis para a obtenção de lucro; • Os lucros insuficientes; • Adoecimento mental e físico dos trabalhadores; • Trabalho desprotegido, sem carteira assinada e direitos que a acompanha.

Quadro 2- Quadro temático com Variáveis Teóricas Sobre Trabalho na Feira, Trabalho Feminino e Precarização
Fonte: Elaboração própria (2017)

4. ANÁLISE DE DADOS

Esse capítulo apresenta alguns aspectos socioeconômicos de uma pequena amostra de campo realizada na Feira da Sulanca de Caruaru. É importante salientar que a análise foi feita com um recorte geográfico na localização diferenciada da Feira no Brasilit e na FUNDAC. Neste sentido, as discussões aqui travadas, baseiam-se em quatro relevantes aspectos apresentados como pilares deste estudo que dialogam com o conceito trabalho feminino. As condições socioeconômicas, o trabalho na feira, trabalho e família e as condições de trabalho vivenciadas pelas feirantes.

4.1 Perfil socioeconômico das feirantes entrevistadas

Apresentaremos algumas informações relacionadas à amostra, se tratando da escolaridade, faixa etária, estado civil, quantidade de filhos, renda mensal das feirantes entrevistadas.

A maioria das entrevistadas dessa pesquisa encontram-se entre a faixa etária dos 41 aos 50 anos, representando numericamente 5 feirantes e percentualmente 35,71% das entrevistadas. Destas, 4 são na FUNDAC e 1 da feira no Brasilit. A parcela de entrevistadas com idade entre 36 e 40 anos que corresponde numericamente o total de 3 feirantes também demonstra um número expressivo. As demais faixas etárias representam o mesmo total de 2 feirantes com idades de 20 aos 30 anos; 2 com idades entre 31 e 35 anos. Somente 1 entrevistada tem a idade superior aos 50 anos. Para melhor visualização vejamos o Quadro 3 abaixo.

Faixa etária	FUNDAC	Brasilit	Total
20 aos 30	1	1	2
31 aos 35	1	1	2
36 aos 40	3	-	3
41 aos 50	4	1	5
+ 50	-	1	1

Quadro 3 - Faixa etária das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos.

Ainda, segundo este estudo, o número de mulheres com mais de 40 anos inseridas na economia informal, revela a importância que a informalidade tem na ocupação das trabalhadoras com idade mais avançada.

Os dados que apresentam o grau de instrução das feirantes entrevistadas são importantes para compreendermos como se dá a relação existente entre a forma de trabalho informal e a baixa escolaridade. O Quadro 4 apresenta a escolaridade das comerciantes da Feira da Sulanca.

Escolaridade	FUNDAC	Brasilit	Total das entrevistadas
Analfabeto	1	-	1
Ensino Fundamental Incompleto	5	2	7
Ensino Fundamental Completo	1	-	1
Ensino Médio Incompleto	1	1	2
Ensino Médio Completo	1	1	2
Ensino Técnico	-	-	0
Ensino Superior Incompleto	-	-	0
Ensino Superior Completo	-	-	0

Quadro 4 - Nível de escolaridade das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos

Observa-se no quadro que a baixa escolaridade é predominante nesta categoria. Esse levantamento também evidencia que os maiores percentuais ao que se refere à escolaridade dessas feirantes se concentram no ensino fundamental incompleto representado por 7 entrevistadas. Estando 5 dessas, comercializando na feira da FUNDAC.

Por outro lado, é importante salientar que as entrevistadas que declararam ter o nível médio (completo e incompleto) são as mais jovens da pesquisa. Como afirmam Bruschini et.al. (2011), as mulheres brasileiras estão mais escolarizadas, no entanto, são a maioria nas ocupações informais, precárias e com baixa remuneração. O acesso feminino à escolaridade aconteceu mais intensamente nas últimas décadas, o que justifica o nível de escolaridade mais alto das feirantes jovens.

Outro dado importante é que das 13 feirantes entrevistadas, apenas uma disse que já frequentou uma palestra de capacitação voltada ao atendimento ao cliente e condução do próprio negócio. As demais informaram nunca ter participado de cursos profissionalizantes ou palestras. Neste sentido, percebe-se semelhança com o estudo feito por Sá (2011), quando este afirma que as mulheres feirantes não fizeram cursos profissionalizantes, ou seja, devem ter aprendido as práticas de produção e condução dos negócios em casa, com familiares, ou em ocupações anteriores.

De toda forma, não podemos associar a baixa escolaridade da maioria das entrevistadas como um fator determinante para a inserção feminina nas ocupações informais e precárias, até porque os outros fatores podem justificar essa invasão feminina.

Muitas feirantes declararam ter iniciado as atividades do trabalho na feira ainda quando crianças, acompanhando os seus pais terminaram aprendendo o ofício.

Vem dos meus pais, eu trabalho desde criança [...] (Entrevistada 5, Feira na FUNDAC, 31 anos).

Olhe, a minha mãe já trabalhou muitos anos na Feira da Sulanca. Desde eu pequena eu já acompanhava ela (Entrevistada 9, Feira na FUNDAC, 36 anos).

Desse modo, achamos relevante apresentar o tempo de experiência de trabalho na feira das entrevistadas:

Tempo de serviço	FUNDAC	Brasilit	Total das entrevistadas
1- 6 anos	3	0	3
7- 12 anos	2	1	3
17 - 20 anos	3	2	5
+ 20 anos	1	1	2

Quadro 5 - Tempo de serviço na Feira da Sulanca de Caruaru

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos.

Como podemos observar boa parte das feirantes entrevistadas tem muitos anos de trabalho na feira (17- 20 anos) estando a maior parte concentrada na parte da FUNDAC.

Outro dado interessante a ser observado é sobre o estado civil das feirantes. No Quadro 6 abaixo, observa-se o estado civil das entrevistadas:

Estado civil	FUNDAC	Brasilit	Total das entrevistadas
Solteira	2	1	3
Casada	6	3	9
Viúva	1	-	1
Divorciada	-	-	0

Quadro 6 - Estado civil das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos.

Nota-se por meio dos dados apresentados, que mais da metade das feirantes entrevistadas (cerca de 69,2%) são casadas. Há entrevistadas que estão em uma união há mais de 35 anos. No que diz respeito à ocorrência de filhos, com exceção de duas jovens, as demais declararam ter filhos. No entanto, a média de filhos mostrou-se maior nas mulheres que trabalham na FUNDAC que na feira no Brasilit.

A união desses dados nos levam a crer que muitas dessas mulheres adentraram na informalidade por enxergá-la como uma alternativa flexível e digna de sustento. Algumas feirantes apresentaram como motivo de começar as atividades informais o fato de possuírem

filhos, considerando a rigidez no horário do emprego formal impossibilitando que a mesma cuidasse dos filhos pequenos ou que os levasse para o seu trabalho que é o ocorre algumas vezes na feira. O relato de uma das feirantes expressa que a possibilidade de trabalhar em um emprego formal foi inviável, uma vez que não tinha com quem deixar os filhos:

Porque como costureira eu trabalhava na minha casa. Então, os meus filhos com quatro anos e com seis anos, eles já ficavam comigo. Porque eu tentei comércio fora, mas não gostei porque deixava os meus filhos só. Então eu ficando em casa, eu pude dar assistência, escola e ao mesmo tempo trabalhando (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

A fala da entrevistada 7 reforça que levar os filhos até o local de trabalho era de extrema necessidade para que os mesmos não ficassem sozinhos em casa:

[...] Em Santa Cruz eu só tinha o filho mais velho, que na época tinha seis anos, ele me acompanhava na feira. Naquele tempo não tinha esse negócio de proibir, né, ai eu levava pra ele não ficar só em casa que é perigoso (Entrevistada 7, Feira na FUNDAC, 49 anos).

Embora a feirante tenha citado a proibição de levar crianças para acompanhar a rotina de trabalho na feira, não foi difícil encontrarmos crianças na feira cuidando dos bancos, ou organizando as mercadorias, ainda que em pouca quantidade. Outro condicionante que contribui para a caracterização do perfil socioeconômico dessas feirantes é a renda mensal proveniente das atividades de comercialização na feira. Vejamos o quadro abaixo:

Renda Mensal das atividades de comercialização na feira	FUNDAC	Brasilit	Total das entrevistadas
Até R\$1.000	6	-	6
Entre R\$1.001 e R\$1.500	2	1	3
Entre R\$1.501 e R\$2.000	-	1	1
Entre R\$2.000 e R\$3.000	-	3	3
Acima de R\$3.001	-	-	0

Quadro 7 - Renda Mensal das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por localização

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos

Conforme podemos observar, o número de feirantes que declararam receber até R\$1.000,00 mensais é bem expressivo. As feirantes informaram que em tempos de crise, a circulação na feira diminuiu e para aquelas que trabalham na FUNDAC, os impactos foram ainda maiores, pois somados às questões de infraestrutura e segurança muitos compradores deixaram de circular no terreno. É importante destacar que muitas dessas feirantes, exercem outras atividades para complementar a renda mensal, costurando para terceiros ou fazendo vendas paralelas à Feira da Sulanca.

Assim, né, comprador que não vem mais, a segurança [...]. Oxe tinha feira que essa hora a gente já não tinha mais nada (Entrevistada 3, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Podemos notar também que as feirantes que declararam receber entre R\$2.000,00 e R\$ 3.000,00 concentram-se na feira do Brasilit. O que assinala que a questão da infraestrutura e segurança pode mesmo interferir nas comercializações vigentes nos dois espaços. Embora seja importante salientar que não apenas esses fatores influenciam nas vendas, mas a combinação de um todo que envolve a qualidade do produto, atendimento, entre outros.

4.2 Trabalho na feira

Organizamos a apresentação dos resultados dessa sessão em subcategorias relacionadas à experiência do trabalho na feira da Sulanca de Caruaru. As perguntas que nortearam essa categoria são relacionadas ao ingresso do trabalho na feira e a comercialização dos produtos, as dificuldades que permeiam as atividades e o reconhecimento da comercialização de produtos na feira como trabalho.

Concordamos com Silva, Barros e Miranda (2015) que a participação dos atores locais para o desenvolvimento da feira é de suma importância para a economia. As mulheres estão inseridas nos mais variados processos, que se estende da produção das peças até a comercialização das mesmas nas feiras semanais. Há muitas mulheres que produzem as mercadorias nos interiores de suas residências e que esperam os encontros semanais na feira para escoarem as suas produções.

As seguintes falas evidenciam isso, quando perguntado se as peças eram de confecção própria:

Eu e minha filha começamos a fazer essa peça de roupa pra bebê, aí eu e ela teve a ideia de colocar um banco na feira. Nós tem dois bancos, esse que eu tô e outro lá embaixo. A gente fabrica em casa e vende junta (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Eu fazia facção. Facção é um tipo de mercadoria que... o fornecedor entrega pra pessoa costurar e paga por peça. Aí quando eu fazia essa mercadoria ... é eu... gerava em torno de ... um real e oitenta, dois reais por peça. Aí daí, começou a despencar a um real e chegou até a cinquenta centavos. Foi aí que me incentivou a fabricar e vender. Comecei pegano as peças, depois comecei a vender o meu produto (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

A entrevistada 4 declarou se dedicar apenas às tarefas do lar antes de começar a trabalhar na feira e quando viu a possibilidade de aumentar a receita mensal da casa, não pensou duas vezes. Por meio desses dados apresentados podemos perceber que as mulheres que trabalham na feira, produzindo e comercializando os seus produtos, são movidas ao

desejo de conquistarem independência, autonomia, sendo aspectos que vão muito além de demandas econômicas, são também anseios ligados à valorização do ofício.

Eu tô trabalhando pra mim mesma, não tô trabalhando pra outra pessoa, então isso já é maravilhoso! (Entrevistada 5, Feira na FUNDAC, 31 anos).

Consoante a isso, temos a entrevistada 1 que afirma ter iniciado as produções independentes de peças jeans após ver os seus rendimentos despencarem na facção onde trabalhava, ou seja, a entrevistada percebeu que o seu trabalho não estava sendo valorizado e consoante a isso, a remuneração não estava sendo satisfatória. Confirma-se por meio dessa fala a existência da descentralização do trabalho, que já tínhamos visto em Lira (2009) onde várias mulheres exercem atividades complementares no processo de produção e recebem valores mínimos sem nenhuma garantia. Este fato parece incentivar as mulheres a abrirem seus próprios negócios, como visto nas falas anteriores.

Há também casos onde as mulheres são pequenas confeccionistas, terceirizam a sua produção e se atentam a administração do empreendimento. Hirata e Kergoat (2007) destacam os vínculos sociais e as determinações sexuais do trabalho, para elas há alguns modelos que evidenciam a divisão sexual do trabalho no âmbito profissional ou familiar destacando o modelo de delegação onde a mulher que detém uma maior escolaridade delega funções para outras mulheres. É o que pode ser evidenciado na fala da entrevistada 10:

Não. Eu coloco para as meninas, na casa delas costurarem. Elas tem as máquinas, elas precisam de trabalho, eu passo pra elas. (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

Encontramos o banco dessa entrevistada na feira do Brasilit e é, sem dúvidas, um dos mais organizados do espaço, as informações colhidas dessa entrevista se diferenciam das demais. A Entrevistada 10 nos informa que fornece seus produtos para mais de dois estados brasileiros e que até a sua família “largou” empregos formais para ingressar nessa atividade informal.



Figura 1- Box da Entrevistada 10 na Feira do Brasilit
Fonte: fotografado pela autora.

Um fator comum entre as interlocutoras nesse campo diz respeito à comercialização dos produtos dependerem quase que exclusivamente das feiras da sulanca. O contato direto com o consumidor, o atendimento, são alguns dos aspectos destacados nas falas.

Ao serem questionadas sobre a comercialização dos produtos em outras feiras da região, as respostas foram um tanto unânimes; a grande maioria comercializa ou já esteve comercializando os seus produtos nas feiras de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. E quando se viram na posição de indicar as possíveis diferenças entre a Feira da Sulanca de Caruaru e as das cidades mencionadas, as condições de infraestrutura e segurança foram os pontos mais destacados. Conforme podemos observar na fala da entrevistada 4:

[...] é bom trabalhar num lugar bem organizado, né. E aqui não é! Do jeito que tá é ruim [...] Muita gente tem deixado de vim pra essa feira, vão pra Toritama, pra Santa Cruz porque lá é melhor, né. Aí aqui fica mais fraco pra gente, pra gente vender (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Como afirma Sá (2011) as questões que envolvem as condições de infraestrutura e segurança da Feira da Sulanca configuram um conjunto de dificuldades que interfere no desempenho das atividades das feirantes.

Eu só queria mesmo que tivesse uma boa organização aqui na feira, que fosse calçado, que os banheiros fossem limpos, nem que eles cobrassem mais caro. Apesar da gente não pagar barato pra tá aqui. [...] Até os matos, olhe, estão alto. É lixo, é mato, tudo a gente que limpar (Entrevistada 7, Feira na FUNDAC, 49 anos).



Figura 2 - Espaço de comercialização na FUNDAC
Fonte: fotografado pela autora.



Figura 3 - Estrutura do banco da feira na FUNDAC
Fonte: fotografado pela autora.

Conforme analisado por Silva (2016) e observado nas falas das entrevistadas, o cenário em que acontecem as feiras no terreno da FUNDAC é desconfortante. As feirantes tendem a se queixar da diminuição da circulação de compradores nas áreas mais altas da feira e quando há ocorrências de chuvas, as condições se agravam. Isso pode ser entendido por meio das seguintes falas:

Não, não... já fui aqui assaltada e no momento que eu procurei a segurança, não achei ela (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Não, a gente tem que botar a lona, né. Mas fica ruim para o povo passar, fica cheio de lama, o povo fica sem querer passar aqui. (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Mas os comprador não tá vindo muito pra aqui, pra essa parte alta, por causa das condições da feira. Aqui não tem condições pra ele, né? Não tem banheiro, a rua é sem calçamento é no mato, é no lixo, no sol quente. E nos outros canto é na sombra, tudo calçadinho, na sombra, tendo praça de alimentação, coisa que aqui não tem (Entrevistada 7, Feira na FUNDAC, 49 anos).

A falta de segurança, de limpeza do local, as condições do calçamento, a oferta de banheiros na FUNDAC são as causas da diminuição de compradores segundo as feirantes. Como afirma Sá (2011) a falta de infraestrutura adequada para o comprador e o feirante trabalhar com tranquilidade é visto como um descaso público por parte da prefeitura. As feirantes que trabalham no setor do Brasilit, que vem a ser a parte que oferece melhores condições em comparação com o outro setor, reconhecem que as condições em que as suas colegas de trabalho se encontram são preocupantes, conforme observamos nesse trecho:

Olha eu trabalho com tranquilidade porque tenho meu esposo, tem essa menina que me ajuda se eu precisar ir ao banheiro. O banheiro é perto daqui e organizado. A iluminação pelo menos do meu banco está muito boa, eu trabalho com tranquilidade. Se comparar com outras partes da feira que é na terra, é mais complicado, né? (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

Um dado marcante dessa pesquisa trata da particularidade do reconhecimento que as feirantes atribuem para as atividades exercidas e o reconhecimento social. Albornoz (1986) apresenta duas significações para o trabalho, trabalho apenas como esforço repetitivo ou ao que se refere ao reconhecimento social da atividade exercida, com base nisso, buscamos verificar a visão das feirantes sobre as suas atividades desempenhadas na feira e também como se dá o reconhecimento social de seus trabalhos.

[...] É o meu sustento. E eu tenho sonhos! Então como eu construí uma casa e agora eu tô mobiliando, então se eu não trabalho, eu vou ficar só limpando pó (Entrevistada 13, Feira no Brasilit, 43 anos).

As minhas clientes chegam aqui e diz que vê o meu produto aí fora mas prefere comprar a mim, porque o dia que elas vem na feira e não vem no meu banco fica faltando alguma coisa. Então isso é gratificante. Eu gosto da estar na feira, de me comunicar. Dinheiro não é tudo, trabalho não é tudo! (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

O que motiva as feirantes a exercerem o seu ofício possui relação direta às conquistas derivadas do trabalho. É através da produção das peças e da comercialização que a mulher feirante conquista a sua independência e autonomia social. O reconhecimento do cliente pela qualidade do produto ou do atendimento faz com que a feirante se sinta valorizada, ela passa a entender que os seus esforços estão sendo reconhecidos.

Segundo as feirantes existem muitas vantagens e desvantagens nesse ramo, mas a comunicação com diferentes pessoas semanalmente tem merecido destaque positivo nas falas das interlocutoras. Por muitas vezes, evidenciam que é um trabalho executado com prazer em meio a tantas dificuldades.

A gente acha ruim ter que acordar cedo e trabalhar demais e a renda é pouca, né. Tem dia que a feira é muito fraca, hoje tá fraco [...] é uma vida sofrida de feirante, mas a pessoa sai de casa, conhece muita gente [...] chega um, chega outro começa a conversar e a gente distrai e sai mais um pouco de casa (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Deste modo, pode-se observar que são múltiplas as motivações e as representações distintas sobre o trabalho na feira para as interlocutoras.

4.3 Trabalho Feminino e família

As perguntas que nortearam essa categoria são relacionadas às ocupações trabalhistas, à dupla jornada de trabalho e à maternidade.

As informações aqui apresentados revelam que a grande maioria das feirantes desse estudo trabalhavam ou trabalham em ocupações tipicamente femininas e sem vínculos formais. São em sua grande maioria costureiras de seu próprio produto. Em breve referência, Carloto (2002) traz à tona as áreas de atuações que são mais comuns entre as mulheres, o estudo destaca a presença das mesmas empregadas em maior número nos processos agrícolas. Albornoz (1986) aponta que as mulheres sempre estiveram envolvidas em atividades relacionadas fora do lar, havendo a presença das mesmas encontradas na agricultura entre outras atividades. É o que nos confirma as entrevistadas 6 e 8, quando questionadas se possuíam outra ocupação além da feira:

É que eu não moro aqui em Caruaru, né? Moro no sítio. [...] Eu costuro as blusa e trabalho na roça (Entrevistada 6, Feira na FUNDAC, 37 anos).

Trabalho na agricultura. Eu vendo plantas e frutas (Entrevistada 8, Feira na FUNDAC, 41 anos).

O trabalho autônomo apresenta duas linhas: se de um lado há a conquista da independência, de outro pode representar para muitas mulheres a reprodução da dupla jornada de trabalho, já que a atividade permite uma maior flexibilidade de horário, permitindo assim o exercício das atividades do lar. O que nos remete novamente ao embasamento teórico de Hirata e Kergoat (2007) quando falam do modelo de conciliação ou o que Carloto (2002) chama de “sabedoria da conciliação” que acontece quando a mulher procura atividades flexíveis que permitam que a mesma exerça as atividades do lar e de cuidados dos seus filhos, remetendo ao conceito de dupla jornada de trabalho.

Considerando as pesquisas mencionadas, reconhecemos a relevância do material empírico apresentadas em nossa pesquisa no tocante à heterogeneidade das tarefas realizadas pelas mulheres feirantes como o cuidado com a limpeza do lar, com os filhos, dentre outros. Assim podemos compreender como de fato acontece a conciliação das tarefas profissionais com as domésticas.

Ao serem questionadas sobre quem fazia os afazeres domésticos, todas as feirantes afirmaram que as mesmas cuidavam de suas casas e das atividades decorrentes. A maioria das feirantes entrevistadas demonstrou que a responsabilidade da casa ainda cabe à mulher e, com rara exceção, se vê a participação do marido nas tarefas domésticas.

Eu mesma faço sozinha. Eu procuro uma pessoa pra fazer pagando e nem meu esposo quer! (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Em relação à quantidade de horas trabalhadas diariamente pelas feirantes envolvendo as atividades de casa e de produção para comércio na feira, as feirante afirmaram trabalhar cerca de 18 horas por dia. Segue a fala de uma das entrevistadas:

Se eu disser, você não acredita! Eu me acordo todo dia quatro hora da manhã... quatro hora da manhã, quando vou dormir é oito hora da noite. Durmo muito pouco e ainda mais quando perco o sono, porque a feira não está dando para pagar as conta [se emociona]... não tô dizendo a você que aqui nesse lugar a gente não tá vivendo, não! Tamo sobrevivendo. Eu pego de quatro hora da manhã, vou costurar [...] quando é onze hora, paro e vou cuidar nas coisa [...] quando é uma e meia, volto, aí quando é dez horas eu paro. Fico produzindo as peças durante a semana toda pra colocar no banco na segunda (Entrevistada 3, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Outro dado enfatizado no estudo diz respeito ao tema maternidade, ou para ser mais precisa com quem as feirantes deixavam seus filhos para desempenhar suas atividades na feira. Esse tema se evidencia nos cuidados das crianças, na educação dos filhos e como as feirantes administraram isso.

No começo dessa análise verificamos a fala da entrevistada 10 que afirma ter tentando trabalhar fora (vínculo formal), mas que não foi possível porque não tinha como deixar os filhos sozinhos, optou portanto em trabalhar em casa, sendo possível oferecer assistência e educação aos filhos. Bruschini (2007) aponta que a disponibilidade da mulher no mercado de trabalho é determinada por uma série de critérios pessoais, sendo o número de filhos e a idade deles o mais presente. Esse determinante irá conduzir a mulher para a tomada de decisão, podendo optar por se dedicar integralmente para a criação dos filhos e o desempenho das atividades do lar ou buscar uma forma dentro das atividades informais para trabalhar no ambiente doméstico, havendo portanto, uma conciliação das atividades.

Em suas pesquisas, Carloto (2002) aponta que a mulher vai ser sempre associada ao papel de reprodutora e que essa imagem vai limitar a sua alocação no mercado de trabalho. A fala da entrevistada 8, a seguir, evidencia a delegação dos cuidados dos filhos pequenos para a sua mãe por uma extrema necessidade que era a de garantir o sustento da família.

Eu arrumava as coisas, já deixava o comer feito e ia trabalhar. Como morava perto dos meus pais, deixava os menino em casa e minha mãe ia olhar de vez em quando. Meu marido morreu logo cedo, eles ficaram bem pequenos e eu tinha que trabalhar no pesado, plantando macaxeira, frutas para arrumar o sustento deles (Entrevistada 8, Feira na FUNDAC, 41 anos).

Os cuidados da casa e dos filhos estão presentes em quase todas as falas das mulheres. Mas acreditamos que a maior preocupação gira em torno da perspectiva profissional dos filhos. A grande maioria das mulheres afirmaram não querer ver os filhos trabalhando na feira assim como elas.

Não! O mais velho trabalha, mas é com mecânica e o mais novo está terminando o colegial esse ano. Eu espero que ele continue estudando para ter um futuro melhor, porque aqui na feira nem ele mesmo quer. Ele diz: “Deus me livre, mainha! A senhora sofre muito!” (Entrevistada 3, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Eu não! Quero ter filho advogado, doutor [risos], menos aqui (Entrevistada 5, Feira na FUNDAC, 31 anos).

Acreditamos que essas respostas sejam fruto da projeção de ver seus filhos bem sucedidos, realizando suas conquistas. Então abrir mão de alguns sonhos e desempenhar atividades tão desgastantes na feira é visto de forma natural pelas feirantes entrevistadas, como se estivesse cumprindo o seu papel social.

Hirata (2004) apresenta um discussão acerca da diferença salarial entre homens e mulheres motivadas por ocupações inferiores ou por poucas oportunidades de ascensão profissional. Quando questionadas sobre possível desigualdade remunerativa do trabalho na feira, as mulheres nos informaram que na feira isso não é comum, os rendimentos irão variar de acordo com a mercadoria a ser vendida. Embora elas reconheçam que há diferença entre os sexos, ela está voltada no desempenho das atividades do cotidiano na feira, algumas mais difíceis para as mulheres, como podemos observar na fala a seguir:

Ao meu ver, a diferença é muito pouca. Porque pra mulher é mais difícil carregar o peso, mas a maioria já se acostumou com isso. Às vezes não tem carro próprio, vai depender de carro de praça, tem todo processo. Pra mulher é mais difícil por causa disso. Fora isso, não tem nada de diferente entre os dois (Entrevistada 11, Feira no Brasilit, 33 anos).

Como discute Lima (2004), as relações hierárquicas entre homens e mulheres marcadas pela subordinação da mulher é algo que permeia a sua ocupação no mercado de trabalho como também as relações sociais. Essas relações de subordinação veladas ainda se mostram presentes entre mulheres trabalhadoras e seus maridos. O comportamento da entrevistada 6 evidencia isso. Por pouco ela se recusou conceder a entrevista. No momento da abordagem, ela achava que a entrevista seria com o seu esposo e se afastou. Após ouvir a explicação do que se tratava a entrevista e que no caso ela que iria responder as perguntas, a mesma alegou que não saberia responder que só o marido tinha estudo mais avançado. Não olhava diretamente para a pesquisadora, sempre com a voz retraída e torcendo uns cordões, que servem para amarrar as caixas das mercadorias, respondia às questões. Analisando a situação e confrontando com as respostas, a entrevistada 6 parece ser a típica esposa que exerce muitas atividades e que não é reconhecida, que não tem autonomia. Sempre que ia responder as perguntas, ela olhava para o marido buscando a autorização dele (Notas de campo, 23 de outubro de 2017).

4.4 Condições de trabalho e Precarização

O grande número de pessoas trabalhando por conta própria é reflexo de um mercado de trabalho completamente desregulado que vem incentivando o ingresso em jornadas de

trabalho precárias e também deriva de uma nova cultura do trabalho que favorece o empreendedorismo. Vêras de Oliveira (2011) nos desperta essa reflexão, pois com um desequilíbrio na atual conjuntura do mercado de trabalho, os incentivos à flexibilidade das jornadas, a terceirização e conseqüentemente à informalidade irão configurar em condições de trabalho precárias aos trabalhadores.

Araújo (2011) aponta que a informalidade configura uma forma de precarização do trabalho, pois o trabalhador terá que ter jornadas mais longas caso queira aumentar os seus rendimentos e estará desprotegido por parte do Estado.

A flexibilização do trabalho se configura em jornadas de trabalho longas, no trabalho a domicilio ou seja, em formas de emprego precárias. Todas as feirantes dessa pesquisa responderam que a época do ano que mais trabalham é a que coincide os festejos juninos e as festas de final de ano, o que nos leva a crer que as mesmas passam a exercer jornadas de trabalho extremamente longas, até porque a grande maioria das entrevistadas declararam ser a sua remuneração na feira a principal fonte de renda da sua família.

Ao serem questionadas sobre quais seriam as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no caso do trabalho desempenhado na feira, as respostas enfatizaram: produzir e comercializar o produto, o transporte da produção para a comercialização na feira, longa jornada de trabalho e principalmente, a segurança.

Eu acho que segurança, né? Aqui é escuro quando a gente chega, se ela tiver vindo sozinha é perigoso (Entrevistada 9, Feira na FUNDAC, 36 anos).

A fala da entrevistada 9 ilustra uma das principais preocupações das feirantes, pois como a feira começa na madrugada da segunda-feira, as mesmas chegam com as suas mercadorias na noite do domingo e precisam ficar por lá até a circulação dos clientes ter início. Uma feirante nos contou que até há alguns dias atrás a iluminação do banco dela era por meio de uma gambiarra, que muitas lâmpadas foram furtadas dos postes e que era muito perigoso uma mulher ficar sozinha no seu banco lá.

O espaço ofertado no terreno da FUNDAC não oferece condições necessárias para as feirantes desempenharem o seu trabalho. Hirata (2004) indica que as condições ambientais e de saúde no espaço onde a mulher vai exercer suas funções condicionam a um trabalho sem proteção social. Muitas entrevistadas responderam ter algum problema de saúde relacionado ao trabalho na feira, estão entre elas: dores musculares, dores de cabeça, alergias entre outras.

Já, peguei infecção é... até por causa da alimentação que falam que é do dia, mas às vezes, não é do dia. E como não tem fiscalização, então não tem como a gente tá segura do que vai comprar, o alimento, né? (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Muitas feirantes afirmaram sequer conhecer a Associação de Sulanqueiros de Caruaru e quando confrontadas sobre o interesse de participar das assembleias todas responderam que não as interessava por não gostar de reuniões ou por não terem a escolaridade suficiente. Essa situação nos trouxe a seguinte reflexão: se o objetivo de uma Associação existir é para zelar pelo bem e direitos de todos aqueles que fazem parte da mesma, essa deve ter no mínimo, um diálogo aberto com as pessoas que representam.

Já ouvi falar. Não. É um povo que eu nunca vejo, viu? Só vejo na televisão (Entrevistada 13, Feira no Brasilit, 43 anos).

Percebe-se, portanto, que as feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru – PE vivenciam situações de vulnerabilidade ocasionadas pelo exercício do trabalho informal, pelas condições físicas do espaço que frequentam semanalmente que influenciam nos rendimentos mensais e pela configuração da dupla jornada de trabalho que abrange as atividades de produção, de cuidados domésticos e de educação dos filhos. Por outro lado, a conquista da independência econômica e o reconhecimento social que algumas feirantes retrataram caracterizam aspectos ligados ao trabalho na feira. Por outro lado, temos a flexibilidade de horários que o trabalho proporciona visto pelas feirantes como um aspecto positivo, mas que em suma configura uma intensificação da jornada de trabalho na feira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que este estudo alcançou os objetivos propostos inicialmente pela pesquisa, uma vez que contribuiu para um maior conhecimento das condições que permeiam a vida e o trabalho das mulheres, no contexto do trabalho na feira da sulanca.

A grande resistência por parte das feirantes de conceder a entrevista visando alguma represália do poder público foi sem dúvidas, um grande desafio. O clima de desconfiança nas primeiras abordagens era nítido. Superada essa limitação, podemos observar que as feirantes sentem a necessidade de falar, de quebrar a invisibilidade que a atividade não valorizada traz, embora seja de suma importância para economia regional.

Ter a oportunidade de conhecer as rotinas dessas mulheres foi muito importante para a apuração dos resultados, possibilitou reconhecer que ser feirante é muito mais do que expressa o senso comum. A dedicação ao trabalho, em meio a tantas dificuldades e em um ambiente tão precário só enaltece as mulheres que desempenham essa função tão bravamente.

Obtivemos alguns resultados interessantes, as feirantes da Feira da Sulanca estão numa faixa etária de idade que não é bem aceita pelo mercado de trabalho formal. É composta quase que majoritariamente por pessoas casadas, com um considerável número de filhos e com grau de escolaridade baixo. As razões do ingresso às atividades na feira são distintas, mas destacam-se as que seguiram os ofícios dos pais e as que encontraram nessa atividade uma alternativa para cuidar dos filhos.

A renda familiar dessas pessoas depende quase que exclusivamente da comercialização dos produtos na feira e são submetidos a todo tipo de transtorno por causa dos graves problemas de infraestrutura no local, impactando diretamente no fluxo de compradores e na satisfação das feirantes.

Por meio das entrevistas e da observação não participante, conferimos que a jornada de trabalho dessa população é exaustiva, muitas delas trabalham 12 horas diárias durante toda a semana produzindo as peças que irão comercializar na feira, mas ao final do dia elas acabavam trabalhando um total de horas superior, pois ainda desempenham as atividades domésticas que totalizavam em média, 5 horas por dia. Sem contar que há feirantes que trabalham com atividades agrícolas, podendo esticar ainda mais a duração da jornada de trabalho.

As feirantes dessa pesquisa nunca desempenharam atividades no âmbito formal. A visão que possuem do trabalho é levada a dois extremos: ao mesmo passo em que é considerado um trabalho difícil por causa da instabilidade na remuneração e pela precariedade

do espaço que estão inseridas, também é visto como fonte de liberdade e reconhecimento social pelo desempenho. Revela-nos então que uma valorização da feirante, uma maior garantia de direitos, ambiente adequado com maior segurança e iluminação, permitiria que as feirantes desempenhassem as suas atividades com maior entusiasmo.

Através desse estudo ficou claro que as mulheres ainda são as principais responsáveis por desempenharem as atividades domésticas. A flexibilidade na jornada de trabalho das feirantes permite que as mesmas conquistem a liberdade econômica e até social ao mesmo tempo em que conciliam as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, até levando os mesmos para o ambiente de trabalho.

Um aspecto relevante nessa pesquisa gira em torno de como a maternidade se manifesta, a mesma pode definir a vida e as decisões das mulheres feirantes. Abrir mão de determinados empregos, para não deixar as crianças sozinhas ou sob os cuidados de outras pessoas nos revelam como a maternidade transmite um pesar nas atividades das mulheres. A família cobra essa postura, a sociedade também, já que a partir da divisão sexual a mulher assumiu a posição de genitora e cuidadora do lar. A naturalidade com que as feirantes encaram as altas jornadas de trabalho, o cuidado com as tarefas do lar e a preocupação na educação/futuro dos filhos, nos remete traços de uma sociedade marcada por uma nova configuração das tarefas femininas, o que não significa em uma nova divisão sexual.

Ao final dessa pesquisa, nos deparamos com uma novidade: o terreno da FUNDAC irá passar por obras de melhorias que consistem na instalação de piso, construção de novos banheiros, instalação de um módulo de segurança, readequação da rede elétrica, iluminação, além da gestão, cadastramento e controle dos feirantes, garantia de limpeza interna do local sendo de responsabilidade de empresas parceiras da prefeitura. As feirantes estavam otimistas com essa promessa de melhoria no espaço. Sugerimos que pesquisas posteriores possam averiguar como essas adequações interferirão na satisfação e no desempenho das feirantes da FUNDAC. Este estudo somado com tantos outros, são o ponto de partida para o reconhecimento do valor desses atores para a economia local.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste - contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 1973.
- ARAÚJO, A. M. C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marcha e Contramarcha na Informalidade do Trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Paris (Fr): Editora Presses Universitaires de France; 1977.
- BURNETT, A. O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco. In **História Oral**, v.17, n.2, p.153-171, jul/dez. 2014.
- _____. As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano. In **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n. 4, out./dez. 2014.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, 2007, p.537 – 572. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em: 28. Abr. 2017.
- BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. A Mulher e o Trabalho. In: BRUSCHINI, M.C.; ROSEMBERG, F. (orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, A.. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- CAMPELLO, G. M. C. **A atividade de confecção e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1983.
- CARLOTO, C. M. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, 2002.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. **Análise de conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. In: *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, 2014.

- FERREIRA, J. E. **Ocupação humana do Agreste Pernambucano: uma abordagem Antropológica para a história de Caruaru.** Caruaru: Idéia, 2001.
- GARCIA, M. F. **Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano.** Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1984.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas, 2008 – 6. ed.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- HIRATA, H. Globalização, Trabalho e Tecnologias: Uma perspectiva de Gênero. In **Revista Presença de Mulher**, n. 30, São Paulo, 1997.
- _____. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. In **Cadernos Pagu**, v. 17, n. 18, 2001, p. 139-156.
- _____. O Universo do Trabalho e da Cidadania das Mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E.B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT Brasil, 2004.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, 2007, p. 595-609.
- IPHAN. **Dossiê Registro da Feira de Caruaru.** Recife, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf> Acesso em 23. abr. 2017.
- LIMA, M. E. B. A Dimensão do Trabalho e da Cidadania das Mulheres no Mercado Globalizado. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E.B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT Brasil, 2004.
- LIRA, S. M. **A organização territorial das escolas públicas em Caruaru: entre a modernização, o clientelismo e a construção do espaço cidadão.** Recife: UFPE, Dissertação em Geografia, 2003.
- _____. O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: **as suas inter-relações socioespaciais.** Recife: UFPE, 2009.
- _____. **Muito além das Feiras da Sulanca: a produção da confecção no Agreste/PE.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MONTAGNER, P. A Reestruturação Produtiva e o Desemprego da Mulher. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E.B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NOBRE, M. Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, EM. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NORA, F. D.; ZANINI, M. C. A feira como um espaço de sociabilidade. In **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 135-154, jun. 2015. ISSN 1516-8182. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/185/169>>. Acesso em: 22. abr. 2017.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de Conteúdo Temático – Categorical: Uma proposta de sistematização**. In: Revista Enfermagem, Rio de Janeiro, UERJ, v. 16, n. 4, 2008.

PEREIRA, E. **Qualificação Profissional e relações de trabalho no Pólo de confecções de Pernambuco**: trajetória e perspectivas de atuação do SENAI (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ, M. **Feirantes: Quem são e como administram seus negócios**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

_____. **Os filhos da feiras e o campo de negócios agreste**. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais: 2015.

SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M. C. L. (orgs). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SEBRAE. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano, 2012**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/barra_funcionalidade/sebraepernambuco-estudos-e-pesquisas,aae8e29765326410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 28. abr. 2017.

SILVA, J. G. A. Trabalho feminino e os direitos humanos na Feira da Sulanca de Caruaru. Gênero e exclusão social. In: **Encontro Nacional da ANDHEP: Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://ptdocz.com/doc/472561/download-do-trabalho---viii-encontro-nacional-da-andhep>>.

Acesso em 28. abr. 2017.

_____. **“Pra onde tu vai, Maria? Vou pra feira da sulanca!”**: um estudo sobre o trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru-PE. (Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17887>>. Acesso em 29. abr. 2017.

SILVA, J. G. A.; BARROS, A. M.; MIRANDA, M. H. G. **Mulher e Trabalho**: Um estudo sobre o trabalho feminino da Sulanca de Caruaru – PE. Memórias Congresso ALAS, 2015.

SILVA, V. P. **Artes de fazer a feira**: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande (PB). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2005.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D. ; TARGINO, I. (orgs.). **Marcha e Contramarcha na Informalidade do Trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do Espaço Urbano em Economia Retardatória**: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3096>>. Acesso em 29. Abr. 2017.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

PROJETO DE PESQUISA: TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU - PERNAMBUCO

ORIENTADORA-ELISABETH C. SANTOS
ALUNA-MAYARA MELO DE ANDRADE

DADOS PESSOAIS

Nome/Idade/Estado civil/Escolaridade

Quanto tempo de casada/Número de filhos/Idade dos filhos

Cidade/Bairro onde mora/ Renda mensal

SOBRE A EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO DE FEIRANTE

- 1- O que a Sr.^a comercializa na Feira da Sulanca? Sempre comercializou este produto?
- 2- Essas peças são de confecção própria?
- 3- A Sr.^a trabalha com outra coisa além da feira? Qual?
- 4- Você já frequentou ou frequenta algum curso do tipo profissionalizante?
- 5- Como a Sr.^a começou a trabalhar neste ramo?
- 6- Quanto tempo faz que é feirante da Feira da Sulanca?
- 7- Qual era a sua profissão antes de ser feirante na Feira da Sulanca?
- 8- Já trabalhou em outras Feiras antes da Feira da Sulanca de Caruaru? Quais?
- 9- Em sua família existem outras pessoas feirantes? Qual o ramo delas e qual o parentesco?
- 10- Como a Sr.^a vê o trabalho de feirante?
- 11- Como a Sr.^a acha que as pessoas veem o trabalho na feira?
- 12- A Sr.^a acha que existe diferença entre o trabalho da feirante mulher para o do homem? Se sim, quais?
- 13- A Sr.^a acha que há diferença salarial entre homens e mulheres feirantes?
- 14- Como conseguiu adentrar na Feira da Sulanca? Alguém autorizou a vir trabalhar na Feira ou a Sr.^a veio e se instalou?

SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- 15- As condições de infraestrutura da feira da Sulanca: locais dos bancos, iluminação, segurança são suficientes para a mulher feirante trabalhar com tranquilidade?
- 16- As condições climáticas (sol, chuva) influenciam o exercício de sua atividade?
- 17- Existe algum período do ano em que a Sr.^a trabalhe mais na Feira? Qual?
- 18- Já teve algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho na feira?

- 19- Quais são as principais dificuldades que uma mulher que comercializa produtos na feira encontra?
- 20- Tem conhecimento da Associação dos Sulanqueiros de Caruaru? Gostaria de participar ou ser membro?

SOBRE TRABALHO - FAMÍLIA

- 21- A sua remuneração é a principal fonte de renda de sua família?
- 22- Como e por quem é realizada a administração da casa / afazeres domésticos?
- 23- Com quem ficam os seus filhos quando a Sr.^a vai trabalhar?
- 24- Os seus filhos estudam?
- 25- A Sr.^a espera ver os seus filhos trabalhando na feira como a Sr.^a bem faz?
- 26- Como a sua família vê o seu trabalho?
- 27- Juntando o seu tempo de trabalho na Feira, com o trabalho de casa, quantas horas a Sr.^a trabalha por dia?
- 28- Qual trabalho é mais importante para a Sr.^a: O trabalho de casa ou o trabalho da Feira?
- 29- Tem mais alguma coisa que a Sr.^a gostaria de compartilhar sobre o seu trabalho?

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES

- Distribuição e localização dos feirantes que trabalham na Feira da Sulanca.
- A estrutura física do espaço onde as feirantes trabalham.
- Segurança dentro do espaço de comercialização.
- A higiene do espaço.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PENAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO ADMINISTRAÇÃO****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Declaro por meio deste termo, que aceito participar do projeto intitulado: **TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU – PERNAMBUCO.**

Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o mesmo, os procedimentos envolvidos, assim como os benefícios decorrentes de minha participação. Entendi que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Sei que meu nome não será divulgado e que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo desenvolvido por Mayara Melo de Andrade, estudante do curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

CARUARU, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____